

## **DOCUMENTO METODOLÓGICO**

Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

**Versão 2.0**

**Designação da operação estatística:** Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

**Sigla da operação estatística:** ISDR

**Código da operação estatística:** 127

**Código SIGINE\*:** IR0026

**Código da atividade estatística – CGA\*:** 440

**Código de versão do DMET:** 2.0

**Data de entrada em vigor da versão do DMET:** Junho de 2015

**Data da última atualização do DMET:** Junho de 2015

**Entidade responsável pela operação estatística:** INE/GET

\* Para uso exclusivo nas operações da responsabilidade do INE.

# ÍNDICE

## I. IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA

- ☞ I.1 Designação da operação estatística
- ☞ I.2 Sigla (ou abreviatura) da operação estatística
- ☞ I.3 Código da operação estatística
- ☞ I.4 Código SIGINE (modelo estatístico)
- ☞ I.5 Código da Atividade Estatística
- ☞ I.6 Código de Versão do Documento Metodológico
- ☞ I.7 Data de entrada em vigor da versão do Documento Metodológico
- ☞ I.8 Data da última atualização do Documento Metodológico
- ☞ I.9 Entidade responsável pela operação estatística
- ☞ I.10 Outras Entidades Externas relacionadas com a operação estatística

## II. JUSTIFICAÇÃO PARA UMA NOVA VERSÃO DO DOCUMENTO METODOLÓGICO

## III. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES, OBJETIVOS E FINANCIAMENTO

- ☞ III.1 Contexto da operação estatística
- ☞ III.2 Identificação das necessidades de informação estatística que justificam a operação
- ☞ III.3 Objetivos da operação estatística
- ☞ III.4 Financiamento da operação estatística

## IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL

- ☞ IV.1 Tipo de operação estatística
- ☞ IV.2 Tipo de fonte(s) de informação utilizada(s) na operação estatística
- ☞ IV.3 Periodicidade da operação estatística
- ☞ IV.4 Âmbito geográfico da operação estatística
- ☞ IV.5 Principais utilizadores da informação
- ☞ IV.6 Difusão
  - IV.6.1 Padrão de disponibilização da informação
  - IV.6.2 Revisões
  - IV.6.3 Produtos de difusão regular

## V. CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

- ☞ V.1 População-alvo
- ☞ V.2 Base de amostragem
- ☞ V.3 Unidade(s) estatística(s) de observação
- ☞ V.4 Desenho da amostra

- V.4.1 Características da amostra
- V.4.2 Metodologia para a seleção, distribuição, atualização e dimensionamento da amostra
- ☞ V.5 Construção do(s) questionário(s)
  - V.5.1 Testes de pré-recolha efetuados ao(s) questionário (s)
  - V.5.2 Tempo médio de preenchimento do(s) questionário (s)
- ☞ V.6 Recolha de dados
  - V.6.1 Recolha direta de dados
    - V.6.1.1 Período(s) de recolha
    - V.6.1.2 Método(s) de recolha
    - V.6.1.3 Critério para o fecho da recolha
    - V.6.1.4 Possibilidade de inquirição Proxy
    - V.6.1.5 Sessões Informativas
  - V.6.2 Recolha não-direta de dados
- ☞ V.7 Tratamento de dados
  - V.7.1 Validação e análise
  - V.7.2 Tratamento de não respostas
  - V.7.3 Obtenção de resultados
  - V.7.4 Ajustamentos dos dados
  - V.7.5 Comparabilidade e coerência
  - V.7.6 Confidencialidade dos dados

## **VI. SUPORTES DE RECOLHA E VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO**

### **VII. VARIÁVEIS DERIVADAS**

### **VIII. INDICADORES A DISPONIBILIZAR**

### **IX. CONCEITOS**

### **X. CLASSIFICAÇÕES**

### **XI. SIGLAS E ABREVIATURAS**

### **XII. BIBLIOGRAFIA**

### **XIII. ANEXOS**

- ☞ Anexo 1 (anexo ao ponto III.1 Contexto da operação estatística)
- ☞ Anexo 2 (anexo ao ponto VI. Variáveis de recolha não-direta)

# **I. IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA**

## **☞ I.1 Designação da operação estatística**

Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

## **☞ I.2 Sigla (ou abreviatura) da operação estatística**

ISDR

## **☞ I.3 Código da operação estatística**

127

## **☞ I.4 Código SIGINE (modelo estatístico)**

IR0026

## **☞ I.5 Código da Atividade Estatística**

Área 45 – Território

Família 451 – Estatísticas de Base Regional

Atividade 440 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

## **☞ I. 6 Código de Versão do Documento Metodológico**

2.0

## **☞ I.7 Data de entrada em vigor da versão do Documento Metodológico**

Junho de 2015

## **☞ I.8 Data da última atualização do Documento Metodológico**

Junho de 2015

## **☞ I.9 Entidade responsável pela operação estatística**

**INE**

- Unidade Orgânica (UO): GET – Gabinete para a Coordenação das Estatísticas Territoriais

- Técnicos responsáveis

Maria Manuel Pinho

Elsa Soares

Tel: +351 226 072 036

Tel: +351 218 440 493

[mmanuel.pinho@ine.pt](mailto:mmanuel.pinho@ine.pt)

[elsa.soares@ine.pt](mailto:elsa.soares@ine.pt)

## **☞ I.10 Outras Entidades Externas relacionadas com a operação**

Não aplicável

## II. JUSTIFICAÇÃO PARA UMA NOVA VERSÃO DO DOCUMENTO METODOLÓGICO

### Nova versão:

- Alteração de variáveis de observação ☐
- Alteração de conceitos ☒
- Alteração de classificações ☒
- Alteração de produtos de difusão ☐
- Alteração de fontes estatísticas ☒
- Alteração do método de recolha ☐
- Alteração de âmbito na população ☐
- Alteração do desenho amostral ☐
- Outros motivos ☐

### III. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES, OBJETIVOS E FINANCIAMENTO

#### ☞ III.1 Contexto da operação estatística

No âmbito de um protocolo celebrado, em 2007, entre o Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE) e o Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP) do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, deu-se início a um projeto para a construção de um índice sintético de desenvolvimento regional (ISDR) para Portugal, que beneficiasse de anteriores experiências do mesmo tipo realizadas no país (Carvalho e Matias, 2004; Mateus *et al.*, 2005), com o objetivo de disponibilizar, com uma periodicidade bienal, resultados que permitissem acompanhar as assimetrias regionais e apoiar a análise de contexto das políticas públicas territorializadas ou com impactos territoriais diferenciados. Este grupo de trabalho assumiu por princípio que a conceitualização do desenvolvimento regional remete para uma operacionalização de conceitos mutáveis, no tempo e no espaço. As 30 regiões NUTS III portuguesas foram fixadas como contexto espacial e a delimitação temporal foi implicitamente associada ao ciclo de programação da política europeia de coesão então vigente, beneficiando a elaboração do ISDR da reflexão associada à preparação do período de programação 2007-2013. Em maio de 2009, foi divulgado pelo INE/DPP um estudo preliminar com resultados para os anos de 2004 a 2006.

A manifestação do interesse por parte de várias entidades salientou a importância de que fosse produzido, numa base anual, um instrumento estatístico que pudesse apoiar a monitorização das políticas públicas com incidência territorial. A discussão e reflexão subsequentes desenvolvidas pelo INE, tendo em vista a divulgação anual de resultados, conduziram à redefinição de algumas variáveis de base e a ajustamentos metodológicos. Estas opções foram formalizadas na versão 1.0 do documento metodológico *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional* e tiveram como principal referência, no que diz respeito à pertinência da informação estatística de base territorial, o “Sistema de indicadores de monitorização do contexto em que se desenrolam as políticas públicas”, desenvolvido na Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial do Conselho Superior de Estatística, e que resultou do trabalho conjunto de várias entidades, entre as quais se incluem o Observatório do QREN, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, os Governos Regionais, o DPP e o INE. Seguiram-se as versões 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4, correspondentes a revisões regulares correntes em resultado da revisão da informação de base e da incorporação de novos valores extremos nos procedimentos de cálculo para a operacionalização do ISDR (algoritmo).

Os resultados do ISDR associados à versão 1 passaram a constituir uma referência para a análise das dinâmicas regionais, tendo, nomeadamente, sido incorporados nos relatórios anuais de acompanhamento do QREN e dos respetivos Programas Operacionais (PO) Regionais e nos diagnósticos associados aos PO Regionais para o ciclo de programação 2014-2020. Ainda, no quadro do ciclo de programação dos fundos estruturais para o período 2014-2020 (Portugal 2020), o ISDR é apresentado como base para o cumprimento da condicionalidade *ex-ante* relativa aos

sistemas estatísticos e indicadores de resultados, na medida em que permite acompanhar as assimetrias regionais e apoiar a análise de contexto das políticas públicas territorializadas ou com impactos territoriais diferenciados. Finalmente, a publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, veio conferir uma importância acrescida ao ISDR ao constituir-lo como um critério de referência na distribuição das transferências do Orçamento do Estado pelas entidades intermunicipais.

O contexto que define o enquadramento concetual do ISDR tem registado desenvolvimentos desde que os resultados foram publicados pela primeira vez em 2009.

Importa, em primeiro lugar, referir as alterações verificadas na divisão territorial das sub-regiões NUTS III que constituem a população-alvo deste estudo estatístico e traduzem o contexto espacial de enquadramento à leitura do desenvolvimento regional do ISDR. O processo de reconfiguração das NUTS III foi articulado com a Reforma da Administração Local e, em particular, com a criação das entidades intermunicipais (que abrangem as comunidades intermunicipais e as áreas metropolitanas) definidas na Lei n.º 75/2013. As novas NUTS III portuguesas foram formalizadas através do Regulamento n.º 868/2014 da Comissão Europeia, de 8 de agosto e passaram a constituir unidades administrativas com limites territoriais coincidentes com as entidades intermunicipais no Continente, reduzindo-se o número de 30 para 25 unidades territoriais (para uma descrição mais detalhada das alterações à NUTS, veja-se o anexo 1 incluído no final do Documento Metodológico).

Em segundo lugar, importa referir a conclusão do ciclo de programação 2007-2013 (QREN), que constituiu a referência temporal para a leitura de desenvolvimento regional retratada na versão 1 do ISDR. O ano de 2014 marca o início de um novo ciclo de programação comunitária (2014-2020) enquadrado por uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento para o país, sob uma perspetiva eminentemente territorializada (Portugal 2020), marcada pelos efeitos sociais e impactos no desenvolvimento das diversas regiões associados à crise económica e financeira. Por outro lado, o próprio quadro de produção do Sistema Estatístico Nacional (SEN) é mutável, sendo condicionado em particular pela emergência de fenómenos novos que importa acompanhar e pelas alterações ao desenho institucional das Administrações Públicas. Embora a produção estatística tenha registado uma trajetória positiva no que respeita à resposta às necessidades estatísticas de base territorial, há áreas temáticas cuja produção estatística se revela menos consolidada e ainda largamente fora do âmbito do SEN (é o caso de algumas temáticas do domínio ambiental, salientando-se a informação regional relativa às emissões poluentes que não foi possível incorporar na presente edição do ISDR). O atual quadro de disponibilidade de informação e o enquadramento para o ciclo de programação Portugal 2020 orientaram a revisão pontual da informação de base que sustenta a operacionalização do ISDR (para uma descrição mais detalhada das alterações aos indicadores de base, veja-se o anexo 1 incluído no final do Documento Metodológico).

Assim, as alterações que conduziram à versão 2 do ISDR resultam da adoção da nova geografia das sub-regiões NUTS III (NUTS-2013) e de ajustamentos na informação de base que

sustenta a operacionalização do ISDR, inviabilizando a comparabilidade entre a série iniciada em 2015 com a divulgação de dados anuais para o período 2011-2013 com a série anterior (2004-2011). Paralelamente, a edição do ISDR a divulgar em 2015 corresponde a uma antecipação do calendário de divulgação dos resultados de abril do ano  $n+3$  para o 1º semestre do ano  $n+2$ , refletindo um ganho temporal significativo na divulgação dos dados.

A principal valência dos indicadores compósitos reside na capacidade de integrar uma vasta quantidade de informação num formato de leitura simples (OECD, 2003: 3). Esta característica torna os indicadores compósitos num elemento facilitador da análise de fenómenos complexos, sendo especialmente interessantes para suportar a avaliação objetiva de fenómenos multidimensionais. Na realidade, significa transformar um conjunto de indicadores simples, relacionados com determinado fenómeno, num único indicador sintético e de fácil leitura. Neste sentido, os indicadores compósitos constituem uma ferramenta útil, simultaneamente, para os decisores de política – porque fornecem informação de suporte à tomada de decisão – e para a sociedade civil – porque permitem apreender com facilidade a evolução de fenómenos complexos. São vários os exemplos de utilização de indicadores compósitos para a monitorização de fenómenos complexos ao nível internacional (Bandura, 2008) e a discussão sobre a importância deste tipo de indicadores para o acompanhamento das trajetórias de desenvolvimento encontra-se na agenda política internacional: o Fórum Mundial da OCDE realizado em 2007 atribuiu especial importância a esta temática, bem como a conferência internacional “Beyond GDP” dinamizada pela Comissão Europeia, pelo Parlamento Europeu, pelo Clube de Roma e pela OCDE no mesmo ano. Do ponto de vista territorial, os indicadores compósitos são particularmente apelativos por permitirem hierarquizar o desempenho de diferentes unidades territoriais, avaliar a respetiva evolução ao longo do tempo e, consequentemente, conhecer melhor os processos de convergência territorial.

Contudo, a qualidade de um indicador compósito está, naturalmente, dependente da disponibilidade da informação com relevância analítica para o fenómeno que está a ser medido. Para além da seleção da informação de base, a construção de indicadores compósitos implica tomar várias opções metodológicas, nomeadamente no que respeita a métodos de normalização dos indicadores de base, a métodos de agregação e ponderação destes indicadores e ainda a métodos de apresentação do resultado final por forma a garantir a facilidade de leitura e interpretação. Deste conjunto de procedimentos, resulta um distanciamento entre a informação de base selecionada para retratar determinado fenómeno e os resultados do índice e conduz, não raras vezes, à referência dos indicadores compósitos como pouco transparentes e de reduzida robustez (OECD et al., 2008: 13). É, por isso, fundamental garantir que a disponibilização dos resultados provenientes deste tipo de indicadores seja acompanhada por metainformação que traduza as opções metodológicas associadas aos resultados e delimite o âmbito das potencialidades analíticas do índice.

Importa, assim, referir que as opções de conceitualização e de operacionalização do ISDR foram sustentadas numa análise de sensibilidade à robustez dos resultados na qual, para além da análise de pertinência dos indicadores escolhidos, se procedeu a uma análise comparativa de

diferentes cenários de apuramento do ISDR, nomeadamente os correspondentes a diferentes métodos de normalização e agregação, bem como a uma análise dos impactos nas revisões do histórico do ISDR. No sentido de sustentar a robustez dos resultados, promoveu-se, com base na versão preliminar do ISDR, uma sessão de discussão com um grupo de especialistas, sobre as opções de concetualização e de operacionalização, bem como sobre os resultados.

O ISDR contempla as dimensões competitividade e coesão, à semelhança da estrutura adotada em Mateus *et al.* (2005), às quais se adicionou a dimensão qualidade ambiental, tendo em conta a sua importância num conceito alargado de desenvolvimento regional. Cada componente é o resultado da média simples das três componentes, pois assume-se que o desenvolvimento regional é igualmente determinado pelo desempenho na competitividade, na coesão e na qualidade ambiental.

A competitividade pretende captar o potencial de cada sub-região para um bom desempenho (seja em termos de recursos humanos, seja no que respeita a infraestruturas físicas), o grau de eficiência na trajetória seguida (medido pelos perfis educacional, profissional, empresarial e produtivo) e, finalmente, a eficácia na geração e atração de riqueza e na capacidade demonstrada pelo tecido empresarial para competir no contexto internacional. A coesão está associada ao grau de acesso da população a equipamentos e serviços coletivos básicos de qualidade, aos perfis conducentes a uma maior inclusão social e à eficácia das políticas públicas traduzida no aumento da qualidade de vida e na redução das respetivas disparidades. Na qualidade ambiental, captam-se as pressões exercidas pelas atividades económicas e pelas práticas sociais sobre o meio ambiente – numa perspetiva vasta que se estende à qualificação e ao ordenamento do território, os respetivos efeitos sobre o estado do mesmo e as consequentes respostas económicas e sociais, seja em termos de comportamentos individuais, seja ao nível das políticas públicas.

Estas três dimensões permitem acompanhar as trajetórias de evolução comparada das posições relativas das regiões portuguesas, assegurando uma representatividade espacial correspondente às sub-regiões NUTS III e a estimação de resultados para Portugal e para as regiões NUTS II em vigor.

### ☞ **III.2 Identificação das necessidades de informação estatística que justificam a operação**

- **Necessidades resultantes de obrigações legais:**

- Legislação comunitária ☒  
Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013 (Anexo XI – Parte II: Condicionalidades ex ante gerais, 7. Sistemas estatísticos e indicadores de resultados)
- Compromissos perante organizações internacionais ☐  
Especificar: \_\_\_\_\_
- Legislação nacional  
Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime

financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais



- **Pedido direto de informação** por parte do/de:

- Entidades públicas nacionais

- Entidades comunitárias



- Programa Estatístico Europeu (PEE)

- Acordo informal (“Acordo de Cavalheiros”)



- Entidades privadas, nacionais ou estrangeiras



- Especificar: \_\_\_\_\_



- Conselho Superior de Estatística (Recomendações, p.ex.)

- Especificar: \_\_\_\_\_



- Resultado de **inquéritos** às necessidades dos utilizadores



- Necessidades de informação de **outras operações estatísticas**



- Contrato/**Protocolo** específico com Entidade externa



- Outras necessidades



- Informação de interesse público para a definição e monitorização de políticas públicas e informação de interesse académico para efeitos de ensino e de investigação.

### ☞ **III.3 Objetivos da operação estatística**

O objetivo do ISDR é disponibilizar, numa base regular, resultados que permitam acompanhar as assimetrias regionais nas diversas vertentes do desenvolvimento regional e apoiar a análise de contexto das políticas públicas territorializadas ou com impactos territoriais diferenciados. Neste âmbito, o objetivo prende-se com a construção de quatro índices compósitos: competitividade, coesão, qualidade ambiental e índice global de desenvolvimento regional.

### ☞ **III.4 Financiamento da operação estatística**

- Financiamento total:
  - da Entidade responsável ☒
  - da União Europeia (EUROSTAT) ☐
  - de outra Entidade ☐
    - Especificar: \_\_\_\_\_
- Cofinanciamento:
  - Entidade responsável e União Europeia ☐
  - Entidade responsável e outra Entidade (nacional ou externa à União Europeia) ☐
    - Especificar: \_\_\_\_\_

## IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL

### ☞ IV.1 Tipo de operação estatística

|                      |                                     |
|----------------------|-------------------------------------|
| • Inquérito amostral | <input type="checkbox"/>            |
| • Recenseamento      | <input type="checkbox"/>            |
| • Estudo estatístico | <input checked="" type="checkbox"/> |

### ☞ IV.2 Tipo de fonte(s) de informação utilizada(s) na operação estatística

|                              |                                     |
|------------------------------|-------------------------------------|
| • Fonte direta               | <input type="checkbox"/>            |
| • Fonte não-direta           |                                     |
| ○ Fonte administrativa       | <input checked="" type="checkbox"/> |
| ○ Outra operação estatística | <input checked="" type="checkbox"/> |
| ○ Outra                      | <input type="checkbox"/>            |
| ▪ Especificar: _____         |                                     |

### ☞ IV.3 Periodicidade da operação estatística

|                    |                                     |
|--------------------|-------------------------------------|
| • Mensal           | <input type="checkbox"/>            |
| • Trimestral       | <input type="checkbox"/>            |
| • Semestral        | <input type="checkbox"/>            |
| • Anual            | <input checked="" type="checkbox"/> |
| • Bienal           | <input type="checkbox"/>            |
| • Trienal          | <input type="checkbox"/>            |
| • Quadrienal       | <input type="checkbox"/>            |
| • Quinquenal       | <input type="checkbox"/>            |
| • Decenal          | <input type="checkbox"/>            |
| • Não periódico    | <input type="checkbox"/>            |
| • Outra            | <input type="checkbox"/>            |
| Especificar: _____ |                                     |

#### ☞ IV.4 Âmbito geográfico da operação estatística

|                              |                                     |
|------------------------------|-------------------------------------|
| • Continente                 | <input type="checkbox"/>            |
| • Região Autónoma da Madeira | <input type="checkbox"/>            |
| • Região Autónoma dos Açores | <input type="checkbox"/>            |
| • País                       | <input checked="" type="checkbox"/> |
| • Outro                      | <input type="checkbox"/>            |
| Especificar: _____           |                                     |

#### ☞ IV.5 Principais utilizadores da informação

|  |                                     |
|--|-------------------------------------|
| <b>Utilizadores do Sistema Estatístico Nacional</b>  |                                     |
| ○ INE  | <input checked="" type="checkbox"/> |
| ○ Banco de Portugal  | <input type="checkbox"/>            |
| ○ Direção Regional de Estatística da Madeira   | <input type="checkbox"/>            |
| ○ Serviço Regional de Estatística dos Açores   | <input type="checkbox"/>            |
| ○ Entidades com delegação de competências  | <input type="checkbox"/>            |
| Especificar: _____   |                                     |
| <b>Outros utilizadores nacionais</b>   | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Administração Pública (Administração Central, Administração Regional e Administração Local, nomeadamente, Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas); Sociedades Não Financeiras (empresas e associações empresariais); Pessoas Singulares (utilizadores individuais, em particular investigadores) |                                     |
| <b>Utilizadores Comunitários e outros Internacionais</b>   | <input checked="" type="checkbox"/> |
| EUROSTAT e OCDE  |                                     |

#### ☞ IV.6 Difusão

##### ○ IV.6.1 Padrão de disponibilização da informação

A informação deve ser disponibilizada até ao final do 1º semestre do ano n+2.

## ○ IV.6.2 Revisões

### 1. Tipos de revisões de dados adotadas:

|                            |                                     |
|----------------------------|-------------------------------------|
| • Revisões regulares       |                                     |
| ○ <b>Correntes</b>         | <input checked="" type="checkbox"/> |
| ○ <b>Gerais</b>            | <input type="checkbox"/>            |
| • Revisões extraordinárias | <input type="checkbox"/>            |

### 2. Circunstância em que são efetuadas as revisões:

As revisões regulares correntes do ISDR que decorrem da incorporação de nova informação têm impacto nos resultados a dois níveis: (1) na própria informação de base que sustenta a série retrospectiva do ISDR e (2) na incorporação de novos valores extremos no algoritmo na sequência da atualização anual da base de dados.

No que respeita à informação de base que sustenta a série retrospectiva do ISDR, as revisões regulares correntes podem resultar de revisões da própria informação de base já incorporada na operacionalização de edições anteriores e/ou da incorporação de informação nova que não tinha sido possível incorporar em edições anteriores. Salienta-se, nesta situação, a informação que resulta de fontes administrativas que, pela sua própria natureza, poderá estar sujeita a alterações mais frequentes do que a informação resultante de fontes do SEN.

No que respeita à incorporação de novos valores extremos no algoritmo na sequência da atualização anual da base de dados, a opção por um método de normalização composto por uma standardização estatística (z-score), seguida de um reescalonamento *minmax* ao nível dos indicadores para a operacionalização do ISDR, implica que, em cada momento de divulgação do índice, os scores divulgados anteriormente possam ser alvo de uma revisão regular corrente, apesar de se manter inalterada a escala ordinal e a posição regional (acima/abaixo) face ao desempenho médio nacional. Esta imposição resulta da necessidade de garantir que os valores máximo e mínimo de referência para o reescalonamento dos indicadores standardizados sejam os mesmos, devendo corresponder aos valores máximo e mínimo da matriz de indicadores de base standardizados da série temporal de dados completa, sob pena de se invalidar a possibilidade de comparações intertemporais dos valores dos índices (European Commission, 2005: 48).

### 3. Frequência das revisões:

As revisões regulares correntes do ISDR têm periodicidade anual.

○ **IV.6.3 Produtos de difusão regular**

| Produtos a disponibilizar  |  |   |  |
|--|--|---|--|
| Tipo de produto  | Designação do produto                        | Periodicidade de disponibilização   | Nível geográfico (desagregação geográfica máxima)  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Destaque</li> <li>• Publicação</li> <li>• Indicadores estatísticos</li> </ul> | Índice Sintético de Desenvolvimento Regional | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Anual</li> <li>• Não periódica</li> <li>• Anual</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• NUTS III</li> <li>• NUTS III</li> <li>• NUTS III</li> </ul> |

## V. CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

### ☞ V.1 População-alvo

Sub-regiões NUTS III portuguesas

### ☞ V.2 Base de amostragem

Não aplicável

### ☞ V.3 Unidade estatística de observação

Unidade territorial

### ☞ V.4 Desenho da amostra

Não aplicável

### ☞ V.5 Construção do(s) questionário(s)

Não aplicável

### ☞ V.6 Recolha de dados

#### ○ V.6.1 Recolha direta de dados

Não aplicável

#### ○ V.6.2 Recolha não-direta de dados

| NOME DA FONTE   | TIPO DE FONTE        | IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE RESPONSÁVEL DA FONTE | PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS FACE AO PERÍODO DE REFERÊNCIA DO ISDR |
|---|----------------------|--|---|
| Contas Económicas Regionais                                     | Operação estatística | INE  | Ano <u>n</u>  |
| Estatísticas Correntes do Comércio Intracomunitário (Intrastat) | Operação estatística | INE  | Ano <u>n</u>  |
| Estatísticas Correntes do Comércio Extracomunitário             | Operação estatística | INE  | Ano <u>n</u>  |
| Estimativas Anuais da População Residente                       | Operação estatística | INE  | Ano <u>n</u>  |
| Demografia das Empresas   | Operação estatística | INE  | Ano <u>n</u>  |
| Estatísticas das Filiais de Empresas Estrangeiras (FATS)        | Operação estatística | INE  | Ano <u>n</u>  |
| Indicadores Demográficos  | Operação estatística | INE  | Ano <u>n</u>  |

| NOME DA FONTE  | TIPO DE FONTE        | IDENTIFICAÇÃO | PERÍODO DE REFERÊNCIA |
|--|----------------------|---------------|-----------------------|
| Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria                | Operação estatística | INE           | Ano <u>n</u>          |
| Sistema de Contas Integradas das Empresas                                      | Operação estatística | INE           | Ano <u>n</u>          |
| Óbitos por Causas de Morte   | Operação estatística | INE           | Ano <u>n</u>          |
| Inquérito aos Centros de Saúde   | Operação estatística | INE           | Ano <u>n-1</u>        |
| Estatísticas das Farmácias   | Operação estatística | INE           | Ano <u>n</u>          |
| Inquérito aos espetáculos ao vivo  | Operação estatística | INE           | Ano <u>n</u>          |
| Casamentos   | Operação estatística | INE           | Ano <u>n</u>          |
| Estatísticas das Obras Concluídas  | Operação estatística | INE           | Ano <u>n</u>          |
| Estatísticas dos Resíduos Municipais   | Operação estatística | INE           | Ano <u>n</u>          |
| Inquérito aos Municípios - Proteção do Ambiente                                | Operação estatística | INE           | Ano <u>n</u>          |
| Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente                       | Operação estatística | INE           | Ano <u>n</u>          |
| Estatísticas da Criminalidade Registada  | Operação estatística | DGPJ/MJ       | Ano <u>n</u>          |
| Recenseamento Escolar  | Operação estatística | DGEEC/MEC     | Ano <u>n</u>          |
| Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados no Ensino Superior       | Operação estatística | DGEEC/MEC     | Ano <u>n</u>          |
| Inquérito ao Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior                 | Operação estatística | DGEEC/MEC     | Ano <u>n</u>          |
| Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional – Setor Empresas      | Operação estatística | DGEEC/MEC     | Ano <u>n-1</u>        |
| Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional – Setor Institucional | Operação estatística | DGEEC/MEC     | Ano <u>n-1</u>        |
| Estatísticas dos Quadros de Pessoal  | Operação estatística | GEE/MEE       | Ano <u>n</u>          |
| Estatísticas anuais da energia elétrica e calor                                | Operação estatística | DGEG/MAOTE    | Ano <u>n</u>          |
| Estatísticas do crude e dos produtos de petróleo                               | Operação estatística | DGEG/ MAOTE   | Ano <u>n</u>          |
| Estatísticas do gás natural  | Operação estatística | DGEG/ MAOTE   | Ano <u>n</u>          |

| NOME DA FONTE  | TIPO DE FONTE  | IDENTIFICAÇÃO   | PERÍODO DE REFERÊNCIA |
|--|----------------|---|-----------------------|
| Sistema de Informação de Avaliação da Qualidade de Serviço                 | Administrativa | ERSAR   | Ano <u>n</u>          |
| Desemprego registado   | Administrativa | Instituto do Emprego e Formação Profissional  | Ano <u>n</u>          |
| Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares                           | Administrativa | AT/MF   | Ano <u>n-1</u>        |
| Valor das pensões do regime geral da Segurança Social                      | Administrativa | II/MSESS  | Ano <u>n</u>          |
| Beneficiários do Rendimento Social de Inserção                             | Administrativa | II/MSESS  | Ano <u>n</u>          |
| Cobertura territorial em banda larga                                       | Administrativa | Portugal Telecom  | Ano <u>n</u>          |
| Indicador de água segura (consumo humano)                                  | Administrativa | Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos; Direção Regional do Ambiente da R. A. da Madeira  | Ano <u>n</u>          |
| Qualidade do ar  | Administrativa | Agência Portuguesa do Ambiente; Direções Regionais do Ambiente da R. A. dos Açores e da R. A. da Madeira  | Ano <u>n</u>          |
| Zonas classificadas (Rede Natura 2000 e Rede Nacional de Áreas Protegidas) | Administrativa | Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Direções Regionais do Ambiente da R. A. dos Açores e da R. A. da Madeira                                  | Ano <u>n</u>          |
| Planos Municipais de Ordenamento do Território                             | Administrativa | Direção Geral do Território. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (R. A. Açores); Direção Regional de Geografia e Ordenamento do Território (R. A. Madeira) | Ano <u>n</u>          |
| Carta Administrativa Oficial de Portugal                                   | Administrativa | Direção Geral do Território   | Ano <u>n</u>          |

A opção entre dados provenientes de operações estatísticas e dados administrativos assenta na relevância da informação e na racionalização e rentabilização dos recursos. Para uma descrição mais detalhada dos dados de recolha não-direta, veja-se o anexo 2 referenciado no capítulo VI, incluído no final do Documento Metodológico.

## ☞ V.7 Tratamento de dados

### ○ V.7.1 Validação e análise

#### 1. Identificar os tipos de validações efetuadas aos dados (resposta múltipla):

- Regras de domínio ☐
- Regras de coerência ☐
- Regras de estrutura ☒

#### 2. Breve descrição dos métodos utilizados na análise dos dados recolhidos.

Do ponto de vista concetual, a competitividade, a coesão e a qualidade ambiental foram identificadas como as componentes essenciais na avaliação do desenvolvimento regional. Nesta perspetiva, procurou-se que cada componente fosse representada com indicadores que correspondessem, tão fielmente quanto possível, à delimitação concetual definida.

A competitividade pretende captar o potencial de cada sub-região para um bom desempenho (seja em termos de recursos humanos, seja no que respeita a infraestruturas físicas), o grau de eficiência na trajetória seguida (medido pelos perfis educacional, profissional, empresarial e produtivo) e, finalmente, a eficácia na geração e atração de riqueza e na capacidade demonstrada pelo tecido empresarial para competir no contexto internacional.

A coesão está associada ao grau de acesso da população a equipamentos e serviços coletivos básicos de qualidade, aos perfis conducentes a uma maior inclusão social e à eficácia das políticas públicas traduzida no aumento da qualidade de vida e na redução das respetivas disparidades.

A qualidade ambiental visa captar as pressões exercidas pelas atividades económicas e pelas práticas sociais sobre o meio ambiente – numa perspetiva vasta que se estende à qualificação e ao ordenamento do território –, os respetivos efeitos sobre o estado do mesmo e as consequentes respostas económicas e sociais, seja em termos de comportamentos individuais, seja ao nível da definição de políticas públicas.

Sob esta perspetiva, o índice de desenvolvimento global é o resultado da representação estatística dos conceitos de competitividade, coesão e qualidade ambiental com igual ponderação, na medida em que a seleção dos indicadores de base se enquadrou naquela lógica concetual de visão tripartida do desenvolvimento regional.

A construção do ISDR tem por base 65 variáveis, de natureza económica, social e ambiental, relativas às sub-regiões NUTS III. O algoritmo de tratamento dos dados até à obtenção dos indicadores compósitos é constituído por um procedimento de normalização,

um procedimento de agregação e um procedimento de apresentação e é desenvolvido em folhas de cálculo Excel.

#### Indicadores de base

A eventual indisponibilidade da informação necessária, seja temporal, seja geográfica, pode exigir que, em situações específicas, haja a necessidade de adotar um procedimento que permita colmatar essa lacuna de informação. No caso específico de não estar disponível a informação para um dado momento do tempo e para a totalidade das regiões, adota-se a informação disponível mais recente.

#### Procedimento de normalização

Os indicadores de base selecionados são medidos em unidades ou escalas diferentes, tornando-se assim fundamental expressá-los numa unidade de medida e numa escala comuns. A standardização estatística (z-score) serve este objetivo, expurgando as diferenças de valores entre indicadores decorrentes das diferenças de unidades de medida e de escalas. Este procedimento resulta da subtração pela média e subsequente divisão pelo desvio-padrão (no caso de indicadores com sentido contrário ao grau de desenvolvimento, adota-se o simétrico da estatística z-score):

$$Sx_{rj} = \frac{x_{rj} - \bar{x}_j}{dp(x_j)}$$

Ou quando o indicador j se associa com sentido contrário ao grau de desenvolvimento:

$$Sx_{rj} = \frac{\bar{x}_j - x_{rj}}{dp(x_j)}$$

onde,

$Sx_{rj}$  representa o indicador de base j normalizado na unidade territorial r,

$x_{rj}$  representa o valor do indicador de base j na unidade territorial r,

$\bar{x}_j$  representa a média da distribuição do indicador de base j,

$dp(x_j)$  representa o desvio-padrão da distribuição do indicador de base j.

Os indicadores selecionados associados com sentido contrário ao grau de desenvolvimento são:

- Taxa quinquenal de mortalidade infantil
- Dispersão municipal do rendimento familiar por habitante
- Beneficiários do RSI por 1 000 habitantes com 15 ou mais anos de idade
- Taxa de retenção e desistência no ensino básico
- Taxa de criminalidade contra a integridade física
- Desemprego registado por indivíduo em idade ativa
- Desemprego jovem registado por indivíduo jovem
- Disparidade entre sexos na relação entre desemprego registado e população residente média em idade ativa
- Taxa de fecundidade na adolescência
- Resíduos urbanos recolhidos por habitante

- Águas residuais drenadas por habitante
- Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro
- Consumo de água por habitante
- Taxa de superfície florestal ardida

A estandardização estatística (z-score) elimina os problemas relativos à unidade de medida e à escala, gerando indicadores com média zero e desvio-padrão unitário. As médias zero evitam a introdução de enviesamentos na agregação, resultantes das diferenças de média. A divisão das médias pelo desvio-padrão permite reescalonar os indicadores, mas não impede que os indicadores com valores extremos tenham um maior impacto no indicador sintético, uma vez que os intervalos de variação efetiva desses indicadores serão maiores. Este facto será positivo, se o objetivo do indicador sintético for exatamente o de relevar as diferenças entre as unidades estatísticas.

Num segundo momento, optou-se pelo reescalonamento pelo método *minmax* como forma de anular os inconvenientes analíticos resultantes dos desempenhos negativos inevitáveis no método z-score e garantir a incorporação da variabilidade entre valores extremos presente nos indicadores nos resultados obtidos. Saliente-se que os resultados obtidos com o reescalonamento *minmax* assumem correlação unitária com os obtidos através do z-score. Assim, na aplicação do *minmax* como método de reescalonamento dos indicadores já estandardizados pelo procedimento z-score, tomam-se o máximo e o mínimo dos valores de toda a matriz de indicadores, considerando as séries anuais de todo o período de referência do índice (subtrai-se o mínimo de referência ao valor observado e divide-se essa diferença pela diferença entre o máximo de referência e o mínimo de referência):

$$NSx_{rj} = \frac{Sx_{rj} - Sx_{\text{mínimo}}^{\text{ref}}}{Sx_{\text{máximo}}^{\text{ref}} - Sx_{\text{mínimo}}^{\text{ref}}} \times 100$$

onde,

$NSx_{rj}$  representa o indicador de base j normalizado na unidade territorial r,

$Sx_{rj}$  representa o valor do indicador de base j na unidade territorial r,

$Sx_{\text{mínimo}}^{\text{ref}}$  representa o valor mínimo de referência,

$Sx_{\text{máximo}}^{\text{ref}}$  representa o valor máximo de referência.

#### Procedimento de agregação

Os indicadores de base, após a aplicação do procedimento de normalização, são agregados dando origem a índices parciais. Estes vários índices parciais são, em termos metodológicos, um passo intermédio para a construção do índice global. Optou-se pelos seguintes procedimentos:

- cada componente (competitividade, coesão e qualidade ambiental) foi obtida por agregação, através de média dos respetivos indicadores com igual ponderação;
- para obtenção do índice global, recorreu-se à média das componentes com igual ponderação significando, por isso, que os resultados refletem uma visão tripartida do desenvolvimento regional, em que competitividade, coesão e qualidade ambiental assumem a mesma importância, acompanhando a base concetual do

índice.

#### Procedimento de apresentação

Cada um dos quatro índices ao nível das NUTS III foi transformado por divisão com a respetiva média nacional (estimada através da média das NUTS III ponderada pela respetiva população residente), obtendo-se índices relativos referenciados ao valor nacional, de modo a facilitar a sua leitura, pois os índices assim transformados permitem aferir a distância de cada NUTS III em relação ao conjunto do país.

### 3. Metodologias para medir os erros de medida e de processamento.

No que respeita à seleção das variáveis de base, importa sublinhar que a informação é validada atendendo à coerência espacial e temporal, de forma a detetar eventuais incorreções na compilação das variáveis. No que respeita aos índices compósitos produzidos, importa sublinhar os seguintes aspetos:

- apesar da diversidade dos contextos territoriais existentes no país, na definição do modelo concetual de desenvolvimento regional, procurou-se assegurar a representatividade para o conjunto das 25 regiões NUTS III do país;
- os indicadores de base associados a cada componente procuram retratar os conceitos de competitividade, coesão e qualidade ambiental; na concetualização teórica e estatística de cada componente, procurou-se ter em conta uma lógica tridimensional do fenómeno que se pretende representar, que conduziu a que cada componente pudesse ser entendida como o resultado conjunto das condições para um melhor desempenho, dos comportamentos e das políticas públicas e privadas que corporizam processos de transformação das condições e dos resultados que exprimem de forma mais aproximada a concretização dos objetivos delineados; no caso da componente qualidade ambiental, a lógica assentou no trinómio pressão, resposta e estado;
- a seleção dos indicadores de base beneficiou de análises de sensibilidade e da auscultação a especialistas à pertinência estatística na representação das três componentes do desenvolvimento regional;
- os quatro indicadores compósitos produzidos são validados sob as perspetivas espacial e temporal, de forma a assegurar a qualidade estatística dos mesmos;
- a opção pelo método de normalização composto por uma standardização estatística (z-score) seguida de um reescalamento *minmax* ao nível dos indicadores para a operacionalização do ISDR implica que, em cada momento de divulgação do índice, os scores divulgados anteriormente possam ser alvo de revisão (em caso de alteração de um ou de ambos os valores extremos da base de dados standardizada), apesar de se manter inalterada a escala ordinal.

#### ○ **V.7.2 Tratamento de não respostas**

Não aplicável

### ○ **V.7.3 Obtenção de resultados**

O cômputo dos quatro índices compósitos (índice global de desenvolvimento regional, competitividade, coesão e qualidade ambiental), produzidos no âmbito do ISDR, parte de um conjunto de variáveis – 25 para a competitividade, 25 para a coesão e 15 para a qualidade ambiental. Estas 65 variáveis são alvo de uma normalização – estandardização z-score e reescalonamento *minmax* –, seguindo-se um procedimento de agregação – cada uma das três componentes é obtida a partir da média dos indicadores normalizados que a compõem com igual ponderação e o índice global é obtido a partir da média das três componentes; finalmente, é adotado um procedimento de apresentação que consiste na transformação, de cada um dos quatro índices ao nível das NUTS III, pela divisão com a respetiva média nacional (estimada através da média das NUTS III ponderada pela respetiva população residente), obtendo-se índices relativos referenciados ao valor nacional. Assim, da aplicação deste método, resulta um valor nacional que é estimado e não obtido diretamente a partir do modelo de análise que é aplicado exclusivamente às NUTS III. Tal como o valor nacional, os índices relativos às NUTS II são estimados por média ponderada pela respetiva população dos índices das respetivas NUTS III, como forma de assegurar a compatibilidade entre médias nacionais apuradas em cada um destes tipos de desagregação regional.

### ○ **V.7.4 Ajustamentos dos dados**

Não aplicável

### ○ **V.7.5 Comparabilidade e coerência**

No que respeita à comparabilidade geográfica, o ISDR permite a observação das assimetrias regionais em Portugal, numa base anual e nas vertentes da competitividade, da coesão, da qualidade ambiental e na vertente global do desenvolvimento regional.

No que respeita à comparabilidade temporal, a série iniciada em 2015 com a divulgação de dados anuais para o período 2011-2013 não é comparável com a série anterior (2004-2011) em virtude da adoção da nova geografia das sub-regiões NUTS III (NUTS-2013) e de ajustamentos na informação de base que sustenta a operacionalização do ISDR.

Ainda no que respeita à comparabilidade temporal, a opção por um método de normalização composto por uma estandardização estatística (z-score) seguida de um reescalonamento *minmax* ao nível dos indicadores para a operacionalização do ISDR implica que, em cada momento de divulgação do índice, os scores divulgados anteriormente tenham que ser alvo de uma revisão regular corrente, apesar de se manter inalterada a escala ordinal e a posição regional (acima/abaixo) face ao desempenho médio nacional. Esta imposição resulta da necessidade de garantir que os valores máximo e mínimo de referência para o reescalonamento dos indicadores estandardizados sejam os mesmos, devendo corresponder aos valores máximo e mínimo da matriz de indicadores de base da série temporal de dados completa, sob pena de se invalidar a possibilidade de comparações intertemporais dos valores dos índices (European

Commission, 2005: 48). A opção pela estandardização estatística (z-score) com a média e o desvio-padrão não fixados num ano base permite uma avaliação da evolução do desempenho regional condicionada pela evolução registada pelo conjunto das NUTS III e não uma avaliação do desempenho de cada sub-região independentemente da evolução observada nas restantes sub-regiões.

○ **V.7.6 Confidencialidade dos dados**

1. Indicar se a operação estatística é objeto de tratamento de confidencialidade dos dados (resposta única):

- Sim ☐
- Não ☒

2. Se responder “sim” completar a resposta de acordo com a instrução de preenchimento.

## VI. SUPORTES DE RECOLHA E VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO

- Suportes de Recolha: não aplicável.
- Variáveis: a observação direta de variáveis não se aplica. O estudo estatístico recolhe variáveis provenientes de outras operações estatísticas do SEN e de procedimentos administrativos, para as 25 sub-regiões NUTS III portuguesas. Para uma descrição mais detalhada dos dados de recolha não-direta, veja-se o anexo 2 incluído no final do Documento Metodológico.

## VII. VARIÁVEIS DERIVADAS

Não aplicável.

## VIII. INDICADORES A DISPONIBILIZAR

| Indicador                      |  | Variável medida |                      |  | Dimensões de análise |                      |                                      |                                 |  |       |
|--------------------------------|--|-----------------|----------------------|--|----------------------|----------------------|--------------------------------------|---------------------------------|--|-------|
|                                |  |                 |                      |  | Código               | Data início vigência | Designação                           | Classificação/ versão associada |  |       |
|                                |  | Código          | Data início vigência | Designação   |                      |                      |                                      | Código                          | Designação   | Nível |
| 0008243<br>(Código SMI: 11980) | Índice sintético de desenvolvimento regional (Índice global) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual       | 8132            | 29-03-2010           | Índice sintético de desenvolvimento regional (Índice global)       | 190                  | 03-08-2005           | Período de referência dos dados      | -                               | -  | -     |
|                                |  |                 |                      |  | 8130                 | 09-03-2015           | Localização geográfica (NUTS - 2013) | 03505                           | NUTS 2013 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR) - variante 1 | 4     |
| 0008244<br>(Código SMI: 11981) | Índice sintético de desenvolvimento regional (Competitividade) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual     | 8145            | 08-04-2010           | Índice sintético de desenvolvimento regional (Competitividade)     | 190                  | 03-08-2005           | Período de referência dos dados      | -                               | -  | -     |
|                                |  |                 |                      |  | 8130                 | 09-03-2015           | Localização geográfica (NUTS - 2013) | 03505                           | NUTS 2013 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR) - variante 1 | 4     |
| 0008245<br>(Código SMI: 11982) | Índice sintético de desenvolvimento regional (Coesão) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual              | 8146            | 08-04-2010           | Índice sintético de desenvolvimento regional (Coesão)              | 190                  | 03-08-2005           | Período de referência dos dados      | -                               | -  | -     |
|                                |  |                 |                      |  | 8130                 | 09-03-2015           | Localização geográfica (NUTS - 2013) | 03505                           | NUTS 2013 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR) - variante 1 | 4     |
| 0008246<br>(Código SMI: 11983) | Índice sintético de desenvolvimento regional (Qualidade ambiental) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual | 8147            | 08-04-2010           | Índice sintético de desenvolvimento regional (Qualidade ambiental) | 190                  | 03-08-2005           | Período de referência dos dados      | -                               | -  | -     |
|                                |  |                 |                      |  | 8130                 | 09-03-2015           | Localização geográfica (NUTS - 2013) | 03505                           | NUTS 2013 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR) - variante 1 | 4     |

## IX. CONCEITOS

| <b>Código</b> | <b>Designação</b>  | <b>Definição</b>  |
|---------------|--|---|
| 1124          | ADSL   | Tecnologia de transmissão assimétrica de banda larga que usa os pares de cobre da cablagem telefónica existente para comunicação de dados a taxas elevadas e acesso a serviços multimédia. Um circuito ADSL providencia três canais de informação: um canal <i>downstream</i> (sentido Internet para o PC) de alto débito (1,5 a 8Mbit/s), um canal duplex de alto débito médio de upstream (sentido PC para a Internet) (16 a 640Kbit/s) e um canal para o serviço telefónico.   |
| 254           | ALUNO  | Indivíduo que frequenta o sistema formal de ensino após o ato de registo designado como matrícula.  |
| 4418          | ÁREA PROTEGIDA   | Área terrestre, área aquática interior ou área marinha na qual a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentam uma relevância especial decorrente da sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico e que exigem medidas específicas de conservação e gestão no sentido de promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, pela regulamentação das intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.  |
| 1242          | BENEFICIÁRIO   | Pessoa inscrita como titular do direito a proteção social no âmbito dos Regimes da Segurança Social, contributivos e não contributivos.   |
| 1104          | CAPACIDADE DE ALOJAMENTO NOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO COLETIVO | Número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período, sendo este determinado através do número de camas existentes e considerando como duas as camas de casal.   |
| 164           | CASAMENTO  | Contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida, nos termos da legislação em vigor.  |
| 6761          | CENTRAL DE COGERAÇÃO   | Instalação onde se faz a produção simultânea e combinada de eletricidade e calor.   |
| 502           | CENTRO DE SAÚDE  | Estabelecimento público de saúde, que visa a promoção da saúde, prevenção da doença e a prestação de cuidados, quer intervindo na primeira linha de atuação do Serviço Nacional de Saúde, quer garantindo a continuidade de cuidados, sempre que houver necessidade de recurso a outros serviços e cuidados especializados. Dirige a sua ação tanto à saúde individual e familiar como à saúde de grupos e da comunidade, através dos cuidados que, ao seu nível, sejam apropriados, tendo em conta as práticas recomendadas pelas orientações técnicas em vigor, o diagnóstico e o tratamento da doença, dirigindo globalmente a sua ação ao indivíduo, à família e à comunidade. Pode ser dotado de internamento. |
| 3222          | CONCELHO (MUNICÍPIO)   | Circunscrição administrativa, que se subdivide em freguesias.   |
| 257           | CONCLUSÃO  | Situação escolar do aluno que termina com sucesso o nível de ensino que frequenta, tendo direito à atribuição do respetivo diploma.   |
| 7266          | CRIME REGISTADO  | Crime detetado pelas autoridades policiais ou levado ao seu conhecimento por meio de denúncia ou queixa.  |

| <b>Código</b> | <b>Designação</b>                 | <b>Definição</b>  |
|---------------|-----------------------------------|---|
| 166           | DENSIDADE POPULACIONAL            | Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).  |
| 1465          | DESEMPREGO REGISTADO              | Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada, inscritos nos Centros de Emprego, que não têm emprego, que procuram um emprego e que estão disponíveis para trabalhar.  |
| 2852          | DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS       | Sistema constituído por um conjunto de órgãos cuja função é a coleta das águas residuais e o seu encaminhamento e, por vezes, tratamento em dispositivo adequado, de forma a que a sua deposição no meio recetor (solo de água), não altere as condições ambientais existentes para além dos valores estabelecidos como admissíveis na normativa local e na legislação nacional aplicável. Deste modo na sua forma completa, um sistema de drenagem de águas residuais é constituído pelos seguintes órgãos principais: rede de drenagem, emissário, estação elevatória, intercetor, estação de tratamento e emissário final. |
| 2605          | EMPREGO                           | O emprego compreende todas as pessoas (tanto trabalhadores por conta de outrem como trabalhadores por conta própria) que exercem uma atividade produtiva abrangida pela definição de produção dada pelo sistema.  |
| 508           | EMPRESA                           | Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.  |
| 6741          | ENERGIA ELÉTRICA                  | Energia produzida por centrais hidroelétricas, nucleares e térmicas convencionais, de ondas e marés, eólicas e solares fotovoltaicas.   |
| 6902          | ENERGIA EÓLICA                    | Energia cinética do vento explorada para a produção de eletricidade em turbinas eólicas.  |
| 6700          | ENERGIA GEOTÉRMICA                | Energia disponível como calor emitido do interior da crosta terrestre, geralmente sob a forma de água quente ou de vapor.   |
| 6701          | ENERGIA HÍDRICA                   | Energia renovável com fonte na energia potencial resultante dos fluxos de água nos rios.  |
| 3885          | ENSINO SECUNDÁRIO                 | Nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa.  |
| 3889          | ENSINO SUPERIOR                   | Nível de ensino que compreende os ensinos universitário e politécnico, aos quais têm acesso indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente e indivíduos maiores de 23 anos que, não possuindo a referida habilitação, revelem qualificação para a sua frequência através de prestação de provas.   |
| 3800          | ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA (eo) | Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.  |

| <b>Código</b> | <b>Designação</b>                                | <b>Definição</b>  |
|---------------|--|---|
| 1118          | ESTABELECIMENTO HOTELEIRO                        | Estabelecimento cuja atividade principal consiste na prestação de serviços de alojamento e de outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento.   |
| 520           | FARMÁCIA   | Estabelecimento de saúde, licenciado por alvará concedido pelo Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), através de concurso público, apenas a farmacêuticos. O exercício da sua atividade está devidamente regulamentado, competindo aos farmacêuticos, ou aos seus colaboradores, sob a sua responsabilidade, a função de preparar, controlar, conservar e dispensar medicamentos ao público. Pode ter, em condições devidamente regulamentadas, dois postos farmacêuticos novos.   |
| 1809          | GANHO  | Montante líquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).   |
| 3804          | ÍNDICE DE JUVENTUDE                              | Relação entre a população jovem e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 65 ou mais anos).   |
| 3807          | ÍNDICE DE RENOVAÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA  | Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 55-64 anos).   |
| 5438          | IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES | O IRS é um imposto que incide sobre o valor anual dos rendimentos das pessoas singulares. Os rendimentos são classificados por categorias, e o imposto O IRS é um imposto que incide sobre a soma desses rendimentos, depois de efetuadas as correspondentes deduções e abatimentos. Âmbito de sujeição a imposto - Quando as pessoas são residentes em território português, o IRS incide sobre a totalidade dos seus rendimentos, isto é, também ficam sujeitos a imposto os rendimentos obtidos fora do território nacional. Existindo agregado familiar, o IRS incide sobre o conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituem. Por isso se pode dizer que o IRS é um imposto sobre as famílias. |
| 138           | INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO                   | Todo o trabalho criativo prosseguido de forma sistemática, com vista a ampliar o conjunto dos conhecimentos, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, bem como a utilização desse conjunto de conhecimentos em novas aplicações.   |
| 4385          | MÉDICO   | Profissional qualificado com educação médica e autorizado legalmente a exercer medicina.  |
| 194           | MORTALIDADE INFANTIL                             | Óbitos de crianças nascidas vivas, que faleceram com menos de um ano de idade.  |
| 198           | NACIONALIDADE                                    | Cidadania legal da pessoa no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. As pessoas que, no momento de observação, tenham pendente um processo para obtenção da nacionalidade, devem ser considerados com a nacionalidade que detinham anteriormente.   |

| <b>Código</b> | <b>Designação</b>   | <b>Definição</b>   |
|---------------|---|--|
| 4394          | NOMENCLATURA DAS UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICO (NUTS) | Nomenclatura estatística comum das unidades territoriais, de modo a permitir a recolha, organização e difusão de estatísticas regionais harmonizadas na Comunidade Europeia. A nomenclatura NUTS subdivide o território económico dos Estados Membros em unidades territoriais e atribui a cada unidade territorial uma designação e um código específicos. A nomenclatura NUTS é hierárquica. Subdivide cada Estado-Membro em unidades territoriais de nível NUTS 1, cada uma das quais é subdividida em unidades territoriais de nível NUTS 2, sendo estas, por sua vez, subdivididas em unidades territoriais de nível NUTS 3. O território económico de cada país, tal como definido na Decisão nº 91/450/CE CEE da Comissão, inclui igualmente território extrarregional, constituído por partes do território económico que não podem estar ligadas a determinada região (espaço aéreo nacional, águas territoriais e plataforma continental, enclaves territoriais, especialmente as embaixadas, consulados e bases militares, bem como depósitos de petróleo, gás natural, etc., em águas internacionais, fora da plataforma continental, a funcionar sob a responsabilidade de unidades residentes). Da classificação NUTS deverá igualmente constar a possibilidade de obter dados estatísticos relativos a esse território enclaves. As alterações à classificação NUTS serão decididas em estreita concertação com os Estados-Membros. A aplicação das NUTS é obrigatória em todos os casos de recolha e compilação de informação estatística de natureza económica e demográfica realizada no contexto das competências e atribuições dos serviços públicos, integrados ou não no Sistema Estatístico Nacional. |
| 1535          | OBRA CONCLUÍDA  | Obra que reúne condições físicas para ser habitada ou utilizada, independentemente de ter sido ou não concedida a licença ou autorização de utilização.  |
| 3080          | OBRA DE ALTERAÇÃO   | Obra de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fração, designadamente a respetiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, assim como a natureza e a cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento, implantação ou cércea.   |
| 3231          | OBRA DE AMPLIAÇÃO   | Obra de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação (ampliação horizontal), da cércea ou do volume de uma edificação existente (ampliação vertical).  |
| 3078          | OBRA DE CONSTRUÇÃO NOVA   | Obra de construção de edificação inteiramente nova.  |
| 3079          | OBRA DE RECONSTRUÇÃO SEM PRESERVAÇÃO DA FACHADA                     | Obra de construção subsequente à demolição de parte de uma edificação existente, da qual resulte a reconstituição da estrutura da fachada, da cércea e do número de pisos.   |
| 1301          | PENSÃO  | Prestação pecuniária mensal de atribuição continuada nas eventualidades: morte (pensão de sobrevivência), invalidez, doença profissional e velhice.  |

| <b>Código</b> | <b>Designação</b>                  | <b>Definição</b>  |
|---------------|------------------------------------|---|
| 2439          | PESSOAL AO SERVIÇO                 | Pessoas que, no período de referência, participaram na atividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições: a) pessoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração; b) pessoal ligado à empresa/instituição, que por não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido (p. ex.: proprietários-gerentes, familiares não remunerados, membros ativos de cooperativas); c) pessoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na empresa/instituição sendo por esta diretamente remunerados; d) pessoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho. Não são consideradas como pessoal ao serviço as pessoas que: i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês; ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas diretamente remunerados; iii) os trabalhadores a trabalhar na empresa/instituição e cuja remuneração é suportada por outras empresas/instituições (p. ex.: trabalhadores temporários); iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por "recibos verdes"). |
| 6136          | PESSOAL DOCENTE                    | Conjunto dos educadores de infância e/ou professores, de um estabelecimento de educação/ensino ou de uma entidade.  |
| 208           | POPULAÇÃO RESIDENTE                | Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.  |
| 6502          | PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO | Contribuição do fator trabalho utilizado pela empresa, medida pelo valor acrescentado bruto gerado por cada unidade de pessoal ao serviço.  |
| 2593          | PRODUTO INTERNO BRUTO              | Resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes na região ou no país no período de referência e que é calculado segundo a ótica da produção, da despesa e do rendimento.  |
| 5644          | PRODUTO INTERNO BRUTO REGIONAL     | Produto interno bruto avaliado a preços de mercado que corresponde à soma do valor acrescentado bruto a preços de base, com os impostos líquidos de subsídios, aos produtos e à importação, por região.   |
| 4791          | REABILITAÇÃO URBANA                | Intervenção integrada, sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e é modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas e espaços de utilização coletiva e de obras de reconstrução, alteração, conservação, construção ou ampliação dos edifícios.   |
| 2867          | RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS       | Recolha especial de resíduos que são objeto de deposição separada por parte do detentor, com a finalidade de serem reciclados (Ex.: os vidros e os denominados "ecopontos").  |

| <b>Código</b> | <b>Designação</b>                         | <b>Definição</b>   |
|---------------|---|--|
| 3641          | RENDIMENTO BRUTO                          | Rendimento recebido antes da dedução do imposto sobre o rendimento, dos impostos regulares sobre o património, das contribuições obrigatórias dos empregados para regimes de Segurança Social e das contribuições dos empregadores para a Segurança Social.  |
| 1349          | RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO             | Prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.   |
| 2870          | RESÍDUO URBANO                            | Resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua composição ou características, seja semelhante ao produzido nas habitações.   |
| 278           | RETENÇÃO                                  | Consiste na manutenção do aluno abrangido pela escolaridade obrigatória, no ano letivo seguinte, no mesmo ano de escolaridade que frequenta, por razões de insucesso ou por ter ultrapassado o limite de faltas injustificadas.  |
| 217           | SALDO MIGRATÓRIO                          | Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.   |
| 930           | SAÍDA                                     | Somatório das expedições de mercadorias efetuadas por Portugal para os restantes Estados-membros, com as exportações de Portugal para os países terceiros.   |
| 1355          | SEGURANÇA SOCIAL                          | Conjunto de sistemas e subsistemas de direito exercido nos termos estabelecidos na Constituição, nos instrumentos internacionais aplicáveis e na Lei de Bases da Segurança Social.   |
| 6958          | SESSÃO                                    | Apresentação pública concreta de um espetáculo com hora de início predefinida.   |
| 21            | SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA          | Conjunto de órgãos interligados que, no seu todo, têm como função colocar água em casa do consumidor, em boa quantidade e boa qualidade. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, adutora para a distribuição e rede de distribuição.  |
| 3967          | SÍTIO DE IMPORTÂNCIA COMUNITÁRIA (S.I.C.) | Sítio que, na ou nas regiões biogeográficas a que pertence, contribui de forma significativa para manter ou restabelecer um tipo de habitat natural ou uma espécie, num estado de conservação favorável e para manter a diversidade biológica. Um sítio (classificado no âmbito da Diretiva 92/43/CEE do Conselho) que, na ou nas regiões biogeográficas atlântica, mediterrânica ou macaronésica, contribua de forma significativa para manter ou restabelecer um tipo de habitat natural do anexo B-I ou de uma espécie do anexo B-II num estado de conservação favorável, e possa também contribuir de forma significativa para a coerência da Rede Natura 2000 ou para, de forma significativa, manter a diversidade biológica na ou nas referidas regiões biogeográficas. |
| 6519          | SOBREVIVÊNCIA DA EMPRESA                  | Uma empresa sobrevive se estiver em atividade em termos de volume de negócios e/ou emprego em qualquer período do ano ou se a unidade legal a que está ligada tiver cessado a atividade, mas esta tenha sido retomada por uma ou mais unidades legais novas, criadas especificamente para utilizar os fatores de produção dessa empresa.   |

| <b>Código</b> | <b>Designação</b>                            | <b>Definição</b>  |
|---------------|--|---|
| 3102          | SOLO URBANO                                  | Solo ao qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e edificação e no qual se integram os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada.   |
| 222           | TAXA DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO               | Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes).   |
| 228           | TAXA DE FECUNDIDADE GERAL                    | Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 mulheres em idade fértil).  |
| 231           | TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL                 | Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados vivos).  |
| 6515          | TAXA DE NATALIDADE DE EMPRESAS               | Quociente entre o número de nascimentos reais e o número de empresas ativas no período de referência.   |
| 6204          | TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO   | Conjunto de infraestruturas e ferramentas eletrónicas que permitem produzir, armazenar, processar e disseminar/partilhar informação.  |
| 1546          | TIPO DE OBRA                                 | Classificação dos trabalhos efetuados em edifícios ou terrenos segundo as seguintes modalidades: construção nova, ampliação, alteração, reconstrução e demolição.   |
| 2606          | TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM            | Os trabalhadores por conta de outrem são definidos como todas as pessoas que, nos termos de um contrato, trabalham para outra unidade institucional residente, recebendo em contrapartida uma remuneração.  |
| 5826          | USO DO SOLO, EQUIPAMENTOS E PARQUES URBANOS  | Classe de espaço que abrange as zonas designadas nos PMOT como equipamento, equipamento existente, equipamento proposto.  |
| 5824          | USO DO SOLO NA INDÚSTRIA                     | Classe de espaço que abrange as zonas designadas nos PMOT como indústria, indústria existente, indústria proposta, indústria extrativa.   |
| 5827          | USO DO SOLO NO TURISMO                       | Classe de espaço que abrange as zonas designadas nos PMOT como turismo, turismo existente, turismo proposto.  |
| 5825          | USO DO SOLO URBANO                           | Classe de espaço que abrange as zonas designadas nos PMOT como urbano, urbano e urbanizável, urbanizável, comércio e serviços, comércio e serviços existentes, comércio e serviços propostos, edificação dispersa.  |
| 5645          | VALOR ACRESCENTADO BRUTO                     | Corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. Tem significado económico tanto para os setores institucionais como para os ramos de atividade. O VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos. |
| 2772          | VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO | Valor criado pelo processo produtivo durante o período de referência e é obtido pela diferença entre a produção e os consumos intermédios.  |

| <b>Código</b> | <b>Designação</b>         | <b>Definição</b>   |
|---------------|---------------------------|--|
| 3965          | ZONA DE PROTEÇÃO ESPECIAL | Área de importância comunitária no território nacional em que são aplicadas as medidas necessárias para a manutenção ou restabelecimento do estado de conservação das populações das espécies de aves selvagens inscritas no anexo A-I do DL 140/99, de 24 de abril e dos seus habitats. |

## X. CLASSIFICAÇÕES

| <b>Código (versão)</b> | <b>Designação (versão)</b>  | <b>Sigla</b> |
|------------------------|---|--------------|
| V00554                 | Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3                 | CAE Rev.3    |
| V00017                 | Código da divisão administrativa (distritos/municípios/freguesias)            | -            |
| V03503                 | Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos, versão de 2013 | NUTS 2013    |
| V03505                 | NUTS 2013 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR) - variante 1  | -            |

## XI. SIGLAS E ABREVIATURAS

| <b>Código</b> | <b>Designação</b> | <b>Extensão</b>   |
|---------------|-------------------|---|
| 5743          | ADSL              | Linha de Subscritor Digital Assimétrica                                   |
| 7965          | AT                | Autoridade Tributária e Aduaneira   |
| 4521          | CAE               | Classificação das Atividades Económicas Portuguesa por Ramos de Atividade |
| 5896          | CAE Rev. 3        | Classificação Portuguesa das atividades Económicas, Revisão 3             |
| 7775          | CAOP              | Carta Administrativa Oficial de Portugal                                  |
| 7185          | CGA               | Classificação Geral das Atividades do INE                                 |
| 4096          | DEE               | Departamento de Estatísticas Económicas                                   |
| 7773          | DGEEC             | Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência                       |
| 4596          | DGEG              | Direção-Geral de Energia e Geologia                                       |
| 4583          | DGPJ              | Direção-Geral da Política de Justiça                                      |
| 4492          | DMET              | Documento Metodológico  |
| 6414          | DPP               | Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais        |
| 7968          | DSLMM             | Digital Subscriber Line Access Multiplexer                                |
| 8025          | ERSAR             | Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos                      |
| 4134          | Eurostat          | Serviço de Estatística da União Europeia                                  |
| 6262          | GEE               | Gabinete de Estratégia e Estudos  |

| <b>Código</b> | <b>Designação</b> | <b>Extensão</b>  |
|---------------|-------------------|--|
| 5870          | GET               | Gabinete para a Coordenação das Estatísticas Territoriais  |
| 4159          | I&D               | Investigação e Desenvolvimento   |
| 4593          | II,I.P            | Instituto de Informática, I. P   |
| 4172          | INE               | Instituto Nacional de Estatística, I.P.  |
| 6793          | IRS               | Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares   |
| 7435          | ISDR              | Índice Sintético de Desenvolvimento Regional   |
| 7966          | kb/s              | Kilobits por segundo   |
| 4181          | kg                | Quilograma   |
| 4182          | km                | Quilómetro   |
| 8358          | MAOTE             | Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia  |
| 7871          | MF                | Ministério das Finanças  |
| 6261          | ME                | Ministério da Economia   |
| 2342          | MEC               | Ministério da Educação e Ciência   |
| 4193          | MJ                | Ministério da Justiça  |
| 4192          | MSESS             | Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social  |
| 5415          | N.º               | Número   |
| 4201          | NUTS              | Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos  |
| 4203          | OCDE (OECD)       | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (Organization for Economic Co-operation and Development) |
| 6315          | ONGA              | Organizações Não Governamentais de Ambiente  |
| 4569          | PIB (GDP)         | Produto Interno Bruto (Gross Domestic Product)   |
| 7436          | PMOT              | Plano Municipal de Ordenamento do Território   |
| 6439          | QREN              | Quadro de Referência Estratégico Nacional  |
| 7348          | RSI               | Rendimento Social de Inserção  |
| 4226          | SEN               | Sistema Estatístico Nacional   |
| 4229          | SIGINE            | Sistema de Informação de Gestão do INE   |
| 8034          | SIC               | Sítios de Importância Comunitária  |
| 7606          | SIRAPA            | Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente   |
| 6591          | Tep               | Tonelada Equivalente de Petróleo   |
| 4241          | VAB               | Valor Acrescentado Bruto   |
| 7212          | ZPE               | Zona de Proteção Especial  |

## XII. BIBLIOGRAFIA

- Bandura, R. (2008), *A Survey of Composite Indices Measuring Country Performance: 2008 update*, United Nations Development Programme – Office of Development Studies.
- Carvalho, A. e Matias, S. (2004), “Índices de Desenvolvimento para as Regiões Portuguesas - 2001”, DPP, *Prospetiva e Planeamento*, nº 10.
- Documento Metodológico – Casamentos, cód. 106/versão 2.0, DES/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Criminalidade Registada - Mapa para Notação de Crimes (Mod 262), cód. 490/versão 1.0, DGPJ/Ministério da Justiça.
- Documento Metodológico – Demografia das Empresas, cód. 135/versão 2.0, DEE/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Estatísticas Correntes do Comércio Extracomunitário, cód. 49/versão 1.0, DEE/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Estatísticas Correntes do Comércio Intracomunitário (Intrastat), cód. 50/versão 3.3, DEE/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Estatísticas das Farmácias, cód. 351/versão 1.0, DES/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Estatísticas das Filiais de Empresas Estrangeiras (FATS), cód. 442/versão 2.0, DEE/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Estatísticas das Obras Concluídas, cód. 167/versão 1.0, DEE/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Estatísticas dos Resíduos Urbanos, cód. 342/versão 2.0, DEE/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Estimativas Anuais da População Residente, cód. 113/versão 1.1, DES/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Indicadores Demográficos, cód. 117/versão 1.0, DES/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, cód. 127/versão 1.0, versão 1.1, versão 1.2, versão 1.3 e versão 1.4, DES/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos, cód. 305/versão 3.0, DEE/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional - Setor Institucional, cód. 422/versão 3.1, GPEAR/Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- Documento Metodológico – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional - Setor Empresas, cód. 421/versão 2.4, GPEAR/Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Documento Metodológico – Inquérito ao Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior, cód. 419/versão 1.4, GPEAR/Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Documento Metodológico – Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados no Ensino Superior - RAIDES, cód. 420/versão 2.0, GPEAR/Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Documento Metodológico – Inquérito aos Centros de Saúde, cód. 321/versão 1.2, DES/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Inquérito aos Espetáculos ao Vivo, cód. 63/versão 2.0, DES/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Inquérito aos Municípios - Protecção do Ambiente, cód. 553/versão 1.1, DEE/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente, cód. 326/versão 1.3, DEE/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais / Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR / VFF), cód. 71/versão 1.0, INAG.

Documento Metodológico – Óbitos por Causas de Morte, cód. 353/versão 1.1, Instituto Nacional de Estatística e Direção-Geral da Saúde.

Documento Metodológico – Quadros de Pessoal, cód. 395/versão 1.0, GEP/Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Documento Metodológico – Recenseamento escolar, cód. 124/versão 2.0, DGEEC/Ministério da Educação e Ciência.

DPP (2006), *Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013: Avaliação ex-ante*, Lisboa, outubro.

European Commission (2005), *Tools for Composite Indicators Building*, Joint Research Centre.

Eurostat (2009), *High-tech industry and knowledge-intensive services*, Reference Metadata in Euro SDMX Metadata Structure (ESMS).

Mateus, Augusto & Associados, CIRIUS, Geoldeia e CEPREDE (2005), “Competitividade territorial e coesão económica e social”, *Colecção Estudos de Enquadramento Prospectivo do Quadro Comunitário de Apoio III*, Observatório do QCA III, Lisboa.

OCDE (1992), *Políticas industriais nos países da OCDE*, Relatório Anual.

OECD (2000), *Information Technology Outlook 2000: ICT's, E-commerce and the Information Economy*, Paris.

OCDE (2001), *Tableau de bord de l'OCDE de la science, de la technologie et de l'industrie: Vers une économie fondée sur le savoir*, Paris.

OECD (2003), *Composite indicators of country performance: a critical assessment*, Paris.

OECD (2007), *Information Economy – Sector Definitions based on the International Standard Industry Classification (ISIC 4)*, DSTI/ICCP/IIS(2006)2/FINAL.

OECD, European Commission, Joint Research Centre (2008), *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*, OECD Publishing.

Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020 (2014).

Wong, D. S. W. (1993), "Spatial Indices of Segregation", *Urban Studies*, 30(3): 559-572.

## XIII. ANEXOS

### Anexo 1 (anexo ao ponto III.1 Contexto da operação estatística)

#### Constituição das NUTS 2013 e alterações face à anterior versão

| NUTS I                           | NUTS II                            | NUTS III                     | População<br>(Censos 2011) | Nº de<br>municípios | Alterações face à anterior versão: |      |
|----------------------------------|------------------------------------|------------------------------|----------------------------|---------------------|------------------------------------|------|
|                                  |                                    |                              |                            |                     | Limites territoriais               | Nome |
| Continente                       | Norte                              | Alto Minho                   | 244 836                    | 10                  | Não                                | Sim  |
|                                  |                                    | Cávado                       | 410 169                    | 6                   | Não                                | Não  |
|                                  |                                    | Ave                          | 425 411                    | 8                   | Sim                                | Não  |
|                                  |                                    | Área Metropolitana do Porto  | 1 759 524                  | 17                  | Sim                                | Sim  |
|                                  |                                    | Alto Tâmega                  | 94 143                     | 6                   | Sim                                | Sim  |
|                                  |                                    | Tâmega e Sousa               | 432 915                    | 11                  | Sim                                | Sim  |
|                                  |                                    | Douro                        | 205 157                    | 19                  | Sim                                | Não  |
|                                  |                                    | Terras de Trás-os-Montes     | 117 527                    | 9                   | Sim                                | Sim  |
|                                  | Centro                             | Região de Aveiro             | 370 394                    | 11                  | Sim                                | Sim  |
|                                  |                                    | Região de Coimbra            | 460 139                    | 19                  | Sim                                | Sim  |
|                                  |                                    | Região de Leiria             | 294 632                    | 10                  | Sim                                | Sim  |
|                                  |                                    | Viseu Dão Lafões             | 267 633                    | 14                  | Sim                                | Sim  |
|                                  |                                    | Beiras e Serra da Estrela    | 236 023                    | 15                  | Sim                                | Sim  |
|                                  |                                    | Beira Baixa                  | 89 063                     | 6                   | Sim                                | Sim  |
|                                  |                                    | Oeste                        | 362 540                    | 12                  | Não                                | Não  |
|                                  |                                    | Médio Tejo                   | 247 331                    | 13                  | Sim                                | Não  |
|                                  | Área<br>Metropolitana de<br>Lisboa | Área Metropolitana de Lisboa | 2 821 876                  | 18                  | Sim                                | Sim  |
|                                  | Alentejo                           | Alentejo Litoral             | 97 925                     | 5                   | Não                                | Não  |
|                                  |                                    | Alto Alentejo                | 118 506                    | 15                  | Sim                                | Não  |
|                                  |                                    | Alentejo Central             | 166 726                    | 14                  | Sim                                | Não  |
|                                  |                                    | Baixo Alentejo               | 126 692                    | 13                  | Não                                | Não  |
|                                  |                                    | Lezíria do Tejo              | 247 453                    | 11                  | Não                                | Não  |
|                                  | Algarve                            | Algarve                      | 451 006                    | 16                  | Não                                | Não  |
| Região<br>Autónoma dos<br>Açores | Região<br>Autónoma dos<br>Açores   | Região Autónoma dos Açores   | 246 772                    | 19                  | Não                                | Não  |
| Região<br>Autónoma da<br>Madeira | Região<br>Autónoma da<br>Madeira   | Região Autónoma da Madeira   | 267 785                    | 11                  | Não                                | Não  |

## Indicadores que deixaram de integrar a informação de base do ISDR

| Designação da variável   | Fonte   | Unidade de medida | Informação complementar  |
|--|---|-------------------|--|
| <b>Competitividade<sup>1</sup></b>   |   |                   |  |
| Produtividade do trabalho  | INE, Contas económicas regionais (Base 2006).   | Milhares de euros | Relação entre o valor acrescentado bruto e o emprego (número de indivíduos)  |
| Relação entre as exportações e o PIB   | INE, Estatísticas do comércio internacional de bens. INE, Contas económicas regionais (Base 2006).  | %                 | Relação percentual entre as exportações por sede de operador e o produto interno bruto   |
| Número de empregados por indivíduo em idade ativa  | INE, Contas económicas regionais (Base 2006). INE, Estimativas anuais da população residente.   | N.º               | Relação entre o emprego (número de indivíduos) e a população no final do ano com 15 ou mais anos   |
| Taxa de participação em cursos profissionais no ensino secundário                        | Ministério da Educação e Ciência, DGEEC.  | %                 | Relação percentual entre o número de alunos matriculados em vias profissionalizantes do ensino secundário e o número total de alunos matriculados no ensino secundário   |
| Representatividade dos ramos de atividade mercantis                                      | INE, Contas económicas regionais (Base 2006) (pedido especial de apuramento).   | %                 | Relação percentual entre o valor acrescentado bruto das atividades mercantis (todas excluindo as do setor institucional S13 - Administrações públicas) e o valor acrescentado bruto total  |
| Proporção de população residente em municípios com lugares com 10 mil ou mais habitantes | INE, Estimativas anuais da população residente. INE, Recenseamento da população e habitação - 2001.   | %                 | Relação percentual entre a população residente no final do ano em municípios com lugares com 10 mil ou mais habitantes (identificados nos Censos 2001) e a população residente no final do ano   |
| Despesas das empresas em I&D no VAB das empresas   | Ministério da Educação e Ciência, DGEEC - Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional. INE, Contas económicas regionais (Base 2006) (pedido especial de apuramento). | %                 | Relação percentual entre as despesas das empresas em Investigação e Desenvolvimento e o valor acrescentado bruto das empresas (S11: sociedades não financeiras + S12: sociedades financeiras)  |
| <b>Coesão</b>  |   |                   |  |
| Proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água                     | INE, Inquérito ao ambiente - caracterização do saneamento básico (até 2005). INAG - INSAAR (entre 2006 e 2009). ERSAR (a partir de 2011).   | %                 | Relação percentual entre a população servida por sistemas de abastecimento de água e a população média residente (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no último ano)  |
| Proporção de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais               | INE, Inquérito ao ambiente - caracterização do saneamento básico (até 2005). INAG - INSAAR (entre 2006 e 2009). ERSAR (a partir de 2011).   | %                 | Relação percentual entre a população servida por sistemas de drenagem de águas residuais e a população média residente (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no último ano)  |
| Número de equipamentos culturais por 1 000 habitantes                                    | INE, Inquérito aos recintos de espetáculos. INE, Inquérito aos museus. INE, Estimativas anuais da população residente.  | N.º               | Índice médio das capitações dos equipamentos culturais, definido como $(RE/P+M/P)/2$ , com RC-Recintos de espetáculos, M-Museus, P-População residente no final do ano) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no último ano) |
| Proporção de população residente em municípios com lugares com 2 mil ou mais habitantes  | INE, Estimativas anuais da população residente. INE, Recenseamento da população e habitação - 2001.   | %                 | Relação percentual entre a população residente no final do ano em municípios com lugares com 2 mil ou mais habitantes (identificados nos Censos 2001) e a população residente no final do ano  |
| Taxa de criminalidade contra a integridade física  | Ministério da Justiça, DGPJ. INE, Estimativas anuais da população residente.  | ‰                 | Relação, em permilagem, entre o número de crimes contra a integridade física e a população residente no final do ano   |
| <b>Qualidade ambiental</b>   |   |                   |  |
| Proporção de população servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR)      | INE, Inquérito ao ambiente - caracterização do saneamento básico (até 2005). INAG - INSAAR (entre 2006 e 2009). ERSAR (a partir de 2011).   | %                 | Relação percentual entre a população servida por estações de tratamento de águas residuais e a população média residente (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no último ano)  |

<sup>1</sup> Os indicadores que retratam o perfil produtivo das regiões passaram a ser apurados para o subuniverso das sociedades do Sistema de Contas Integradas das Empresas.

| Designação da variável  | Fonte   | Unidade de medida                        | Informação complementar   |
|---|---|--|---|
| Emissões que provocam acidificação e eutrofização por km <sup>2</sup> | Agência Portuguesa do Ambiente. Cálculos próprios.  | Gg/km <sup>2</sup>                       | Emissões poluentes ácido equivalente, expressas em gigagramas/km <sup>2</sup> (inclui: óxidos de azoto (NOx), dióxido de enxofre (SOx) e amoníaco (NH <sub>3</sub> ) [fatores de conversão em equivalentes ácido: Sox = 31,25; NOx = 21,74 e NH <sub>3</sub> = 58,82]   |
| Emissões poluentes com impacto na saúde pública por km <sup>2</sup>   | Agência Portuguesa do Ambiente. Cálculos próprios.  | Gg/km <sup>2</sup>                       | Emissões poluentes COVNM equivalentes, expressas em gigagramas/km <sup>2</sup> (inclui: compostos orgânicos não metanosos (COVNM) e óxidos de azoto (NOx) [fatores de conversão em COVNM equivalente: NOx = 1,22 e COVNM = 1]   |
| Ecoeficiência   | Agência Portuguesa do Ambiente. Cálculos próprios. INE, Contas económicas regionais (Base 2006).  | Gg                                       | Relação entre as emissões de gases com efeito de estufa [CO <sub>2</sub> (dióxido de carbono), CH <sub>4</sub> (metano) e N <sub>2</sub> O (óxido nitroso)] e o valor acrescentado bruto [fatores de conversão em CO <sub>2</sub> equivalente: CO <sub>2</sub> = 1; CH <sub>4</sub> = 21 e N <sub>2</sub> O = 310]  |
| Eficiência potencial do processo de urbanização                       | Direção Geral do Território. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (R. A. Açores). Direção Regional de Geografia e Ordenamento do Território (R. A. Madeira). INE, Estimativas anuais da população residente. Cálculos próprios. | Contexto territorial de referência = 100 | Quociente de localização, medido pela relação do rácio entre a população residente na NUTS III e a área do uso urbano do solo identificada nos Planos Municipais do Ordenamento do Território (PMOT) na NUTS III com o rácio entre a população residente na NUTS III e NUTS III contíguas (no caso das regiões autónomas, são consideradas as sub-regiões NUTS III do Continente) e a área para usos dos solos identificados nos Planos Municipais do Ordenamento do Território (PMOT) na NUTS III e NUTS III contíguas (no caso das regiões autónomas, são consideradas as sub-regiões NUTS III do Continente) |

### Indicadores que passaram a integrar a informação de base do ISDR

| Designação da variável   | Fonte  | Unidade de medida | Informação complementar   |
|--|--|-------------------|---|
| <b>Competitividade</b>   |  |                   |   |
| Produtividade aparente do trabalho   | INE, Sistema de contas integradas das empresas.  | Milhares de euros | Relação entre o valor acrescentado bruto e o número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos das empresas   |
| Proporção de vendas e prestações de serviço ao exterior no volume de negócios das sociedades   | INE, Sistema de contas integradas das empresas.  | %                 | Relação percentual entre as vendas e prestações de serviço ao exterior e o volume de negócios das sociedades (ótica da localização da sede da sociedade) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)  |
| Número de empregados por indivíduo em idade ativa  | INE, Sistema de contas integradas das empresas. INE, Estimativas anuais da população residente.                                      | N.º               | Relação entre o número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos das empresas e a população no final do ano com 15 ou mais anos  |
| Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens                           | Ministério da Educação e Ciência, DGEEC.   | %                 | Relação percentual entre o número de alunos matriculados em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens (Cursos tecnológicos, Ensino artístico especializado, Cursos profissionais, Cursos de aprendizagem e Cursos CEF) e o número total de alunos matriculados em modalidades do ensino secundário orientadas para jovens (inclui Cursos gerais/científico-humanísticos) |
| Proporção de vendas e prestações de serviço ao exterior no volume de negócios das sociedades em atividades de alta e média-alta tecnologia | INE, Sistema de contas integradas das empresas.  | %                 | Relação percentual entre as vendas e prestações de serviço ao exterior e o volume de negócios das sociedades em atividades de alta e média-alta tecnologia (ótica da localização da sede da sociedade) (a partir de 2007, adaptado para a CAE Rev. 3 a partir de OCDE, 2001, conforme Eurostat, 2009) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)                                       |
| Proporção de população residente em áreas urbanas com 10 mil ou mais habitantes  | INE, Estimativas anuais da população residente. INE, Recenseamento da população e habitação - 2011. INE, Tipologia de áreas urbanas. | %                 | Relação percentual entre a população residente no final do ano em áreas urbanas com 10 mil ou mais habitantes (identificadas nos Censos 2011) e a população residente no final do ano   |

| Designação da variável   | Fonte  | Unidade de medida         | Informação complementar  |
|--|--|---------------------------|--|
| Despesas das empresas em I&D no VAB das empresas                               | Ministério da Educação e Ciência, DGEEC - Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional. INE, Sistema de contas integradas das empresas.                    | %                         | Relação percentual entre as despesas das empresas em Investigação e Desenvolvimento e o valor acrescentado bruto gerado nos estabelecimentos das empresas  |
| <b>Coesão</b>  |  |                           |  |
| Taxa de fecundidade geral  | INE, Indicadores demográficos.   | ‰                         | Relação, em permilagem, entre o número de nados vivos e o efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos)   |
| Número de sessões de espetáculos ao vivo por 1 000 habitantes                  | INE, Inquérito aos espetáculos ao vivo. INE, Estimativas anuais da população residente.  | N.º                       | Relação entre o número de sessões de espetáculos ao vivo e a população residente média (expressa por 1 000 indivíduos) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano) |
| Proporção de população residente em áreas urbanas com 5 000 ou mais habitantes | INE, Estimativas anuais da população residente. INE, Recenseamento da população e habitação - 2011. INE, Tipologia de áreas urbanas.                                   | %                         | Relação percentual entre a população residente no final do ano em áreas urbanas com 5 mil ou mais habitantes (identificadas nos Censos 2011) e a população residente no final do ano               |
| Taxa de criminalidade contra as pessoas  | Ministério da Justiça, DGPJ. INE, Estimativas anuais da população residente.   | ‰                         | Relação, em permilagem, entre o número de crimes contra as pessoas e a população residente no final do ano (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)             |
| Desemprego jovem registado por indivíduo jovem                                 | Instituto do Emprego e Formação Profissional. INE, Estimativas anuais da população residente. Cálculos próprios.   | N.º                       | Relação entre as médias mensais do número de desempregados registados com idade entre os 25 e os 34 anos e a população média residente com idade entre os 25 e os 34 anos                          |
| <b>Qualidade ambiental</b>   |  |                           |  |
| Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro                            | Agência Portuguesa do Ambiente – SIRAPA (Mapa de Registo de Resíduos Urbanos). Direção Regional de Estatística da Madeira. Serviço Regional de Estatística dos Açores. | %                         | Relação percentual entre o volume de resíduos urbanos depositados em aterro e o volume de resíduos urbanos recolhidos (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)  |
| Número de associados das ONGA de âmbito regional e local por mil habitantes    | INE, Inquérito às organizações não governamentais de ambiente. INE, Estimativas anuais da população residente.   | N.º                       | Relação entre o número de associados das Organizações Não Governamentais de Ambiente de âmbito regional e local e a população residente (expressa por 1 000 indivíduos)                            |
| Proporção de uso do solo potencialmente não urbano                             | Direção Geral do Território. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (R. A. Açores). Direção Regional de Geografia e Ordenamento do Território (R. A. Madeira).       | %                         | Relação percentual entre a superfície do uso do solo não identificado como «solo urbano» nos Planos Municipais de Ordenamento do Território e a superfície da unidade territorial                  |
| Taxa de superfície florestal ardida  | Instituto de Conservação da Natureza e Florestas.  | %                         | Relação percentual entre a superfície florestal ardida e a superfície florestal total (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)                                  |
| Intensidade energética da economia em energia final                            | DGEG. Contas económicas regionais (Base 2011) <sup>2</sup> .   | tep/10 <sup>6</sup> euros | Consumo final de energia elétrica, produtos de petróleo e gás natural relativizado pelo produto interno bruto a preços correntes   |

## Anexo 2 (anexo ao ponto VI. Variáveis de recolha não-direta)

### Competitividade

| Designação da variável   | Fonte   | Unidade de medida   | Informação complementar  |
|--|---|---------------------|--|
| <b>SEN</b>   |   |                     |  |
| PIB por habitante  | INE, Contas económicas regionais (Base 2011) <sup>2</sup> .   | Milhares de euros   | Relação entre o produto interno bruto e a população de referência  |
| Produtividade aparente do trabalho   | INE, Sistema de contas integradas das empresas.   | Milhares de euros   | Relação entre o valor acrescentado bruto e o número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos das empresas  |
| Proporção de vendas e prestações de serviço ao exterior no volume de negócios das sociedades                     | INE, Sistema de contas integradas das empresas.   | %                   | Relação percentual entre as vendas e prestações de serviço ao exterior e o volume de negócios das sociedades (ótica da localização da sede da sociedade) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)   |
| Densidade populacional   | INE, Estimativas anuais da população residente. DGT, Carta administrativa oficial de Portugal.                        | N.º/km <sup>2</sup> | Relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada (população residente no final do ano) e a superfície desse território<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>  |
| Número de empregados por indivíduo em idade ativa  | INE, Sistema de contas integradas das empresas. INE, Estimativas anuais da população residente.                       | N.º                 | Relação entre o número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos das empresas e a população no final do ano com 15 ou mais anos<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>  |
| Índice de renovação da população em idade ativa  | INE, Indicadores demográficos.  | N.º                 | Relação entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa por 100 pessoas com 55-64 anos)<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 117 (ver referência no capítulo XII)</i>   |
| Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior   | Ministério da Economia e do Emprego, Quadros de Pessoal.  | %                   | Relação percentual entre o número de trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa com ensino superior e o número de trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 395 (ver referência no capítulo XII)</i>  |
| Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros com 3 ou mais estrelas por 1 000 habitantes             | INE, Inquérito à permanência de hóspedes e outros dados na hotelaria. INE, Estimativas anuais da população residente. | N.º                 | Relação, em per milagem, entre a capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros de 3 ou mais estrelas (hotéis, hotéis-apartamentos, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos) e nas pousadas, determinada pelo número de camas existentes considerando como duas as camas de casal, e a população média residente<br><i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 305 e 113 (ver referência no capítulo XII)</i>   |
| Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens | Ministério da Educação e Ciência, DGEEC.  | %                   | Relação percentual entre o número de alunos matriculados em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens (Cursos tecnológicos, Ensino artístico especializado, Cursos profissionais, Cursos de aprendizagem e Cursos CEF) e o número total de alunos matriculados em modalidades do ensino secundário orientadas para jovens (inclui Cursos gerais/científico-humanísticos)<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 124 (ver referência no capítulo XII)</i> |
| Grau de especialização em fatores competitivos avançados   | INE, Sistema de contas integradas das empresas.   | %                   | Relação percentual entre o valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras onde escala, diferenciação ou I&D são fatores chave e o valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras (ótica da localização da sede da sociedade) (adaptado para a CAE Rev. 3 a partir de OCDE, 1992)   |

| Designação da variável   | Fonte   | Unidade de medida | Informação complementar   |
|--|---|-------------------|---|
| Proporção de vendas e prestações de serviço ao exterior no volume de negócios das sociedades em atividades de alta e média-alta tecnologia | INE, Sistema de contas integradas das empresas.   | %                 | Relação percentual entre as vendas e prestações de serviço ao exterior e o volume de negócios das sociedades em atividades de alta e média-alta tecnologia (ótica da localização da sede da sociedade) (a partir de 2007, adaptado para a CAE Rev. 3 a partir de OCDE, 2001, conforme Eurostat, 2009) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)   |
| Proporção de VAB em ramos de atividade internacionalizáveis  | INE, Sistema de contas integradas das empresas.   | %                 | Relação percentual entre o valor acrescentado bruto dos ramos de atividades internacionalizáveis (A a C, H a J e L a N da CAE Rev. 3) e o valor acrescentado bruto total das sociedades (adaptado para a CAE Rev. 3 a partir de DPP, 2006) (ótica da localização da sede da sociedade)  |
| Proporção de população residente em áreas urbanas com 10 mil ou mais habitantes  | INE, Estimativas anuais da população residente. INE, Recenseamento da população e habitação - 2011. INE, Tipologia de áreas urbanas.                | %                 | Relação percentual entre a população residente no final do ano em áreas urbanas com 10 mil ou mais habitantes (identificadas nos Censos 2011) e a população residente no final do ano<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>  |
| Intensidade tecnológica da atividade industrial e dos serviços   | INE, Sistema de contas integradas das empresas.   | %                 | Relação percentual entre o valor acrescentado bruto gerado nos serviços de alta tecnologia intensivos em conhecimento e nas indústrias de alta e média-alta tecnologia e o valor acrescentado bruto total das sociedades (ótica da localização da sede da sociedade) (a partir de 2007, adaptado para a CAE Rev. 3 a partir de OCDE, 2001, conforme Eurostat, 2009)   |
| Proporção de pessoal ao serviço nas Tecnologias de Informação e Comunicação  | INE, Sistema de contas integradas das empresas.   | %                 | Relação percentual entre o número de pessoas ao serviço nas Tecnologias de Informação e Comunicação e o número total de pessoas ao serviço nas sociedades (ótica da localização da sede da sociedade) (adaptado para a CAE Rev. 3 a partir de OECD, 2000, conforme OECD, 2007)  |
| Proporção da população empregada por conta de outrem que mudou de empresa em relação ao emprego total                                      | Ministério da Economia e do Emprego, Quadros de Pessoal (pedido especial de apuramento).  | %                 | Relação percentual entre o número de trabalhadores por conta de outrem que mudaram de empresa e o número total de trabalhadores por conta de outrem (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 395 (ver referência no capítulo XII)</i>  |
| Taxa de natalidade das sociedades  | INE, Demografia das empresas.   | %                 | Relação percentual entre o número de nascimentos reais de sociedades no ano $n$ e o número de sociedades existentes no ano $n$ (ótica da localização da sede da sociedade) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 135 (ver referência no capítulo XII)</i>   |
| Taxa de sobrevivência das sociedades dos ramos de atividade internacionalizáveis   | INE, Demografia das empresas.   | %                 | Relação percentual entre o número de nascimentos reais de sociedades das secções A a C, H a J e L a N da CAE Rev. 3 no ano $n$ e o número dessas sociedades ainda ativas no ano $n+2$ (ótica da localização da sede da sociedade) (adaptado para a CAE Rev. 3 a partir de DPP, 2006) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 135 (ver referência no capítulo XII)</i> |
| Proporção de pessoal ao serviço das sociedades maioritariamente estrangeiras   | INE, Estatísticas das filiais de empresas estrangeiras.   | %                 | Relação percentual entre o número de pessoas ao serviço em sociedades (secções A a S da CAE Rev. 3 exceto secções K e O) com participação de capital estrangeiro superior a 50% e o número total de pessoas ao serviço (ótica da localização da sede da sociedade)<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 442 (ver referência no capítulo XII)</i>   |
| Despesas das empresas em I&D no VAB das empresas   | Ministério da Educação e Ciência, DGEEC - Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional. INE, Sistema de contas integradas das empresas. | %                 | Relação percentual entre as despesas das empresas em Investigação e Desenvolvimento e o valor acrescentado bruto gerado nos estabelecimentos das empresas<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 421 (ver referência no capítulo XII)</i>  |

| Designação da variável   | Fonte  | Unidade de medida | Informação complementar  |
|--|--|-------------------|--|
| Despesas em I&D no PIB   | Ministério da Educação e Ciência, DGEEC - Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional. INE, Contas económicas regionais (Base 2011) <sup>2</sup> . Cálculos próprios. | %                 | Relação percentual entre as despesas em Investigação e Desenvolvimento totais e o produto interno bruto<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 422 (ver referência no capítulo XII)</i>   |
| Taxa de crescimento migratório   | INE, Indicadores demográficos.   | %                 | Saldo migratório observado durante o ano civil, referido à população média desse período (expressa por 100 habitantes)<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 117 (ver referência no capítulo XII)</i>  |
| Taxa de atração líquida de trabalhadores por conta de outrem   | Ministério da Economia e do Emprego, Quadros de Pessoal. Cálculos próprios.  | %                 | Relação entre a diferença entre o fluxo de entrada e o fluxo de saída de trabalhadores por conta de outrem, entre o ano n-1 e o ano n, e o número médio de trabalhadores por conta de outrem, entre o ano n-1 e o ano n (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 395 (ver referência no capítulo XII)</i> |
| Pessoas ao serviço, no interior e no exterior da unidade territorial, de empresas com sede na unidade territorial por pessoa ao serviço na unidade territorial de empresas com sede no exterior da unidade territorial | INE, Sistema de contas integradas das empresas (pedido especial de apuramento).  | N.º               | Relação entre o número de pessoas ao serviço, no interior e no exterior da unidade territorial, de empresas com sede na unidade territorial e o número de pessoas ao serviço na unidade territorial de empresas com sede no exterior da unidade territorial  |
| <b>Procedimentos administrativos</b>   |  |                   |  |
| Cobertura territorial potencial em banda larga (ADSL)  | Portugal TELECOM. DGT, Carta administrativa oficial de Portugal. Cálculos próprios.  | %                 | Relação, em percentagem, entre a área de influência de referência (raio de 2500 m) das centrais da Portugal Telecom com DSLAM e a superfície da unidade territorial (o raio de 2 500m corresponde a uma velocidade de débito de aproximadamente 4 000 kb/s para as quatro modalidades consideradas: ADSL2+ e ADSL, considerando cabos de cobre de 0,4mm e de 0,5mm)  |

## Coesão

| Designação da variável                  | Fonte                            | Unidade de medida | Informação complementar  |
|---|----------------------------------|-------------------|--|
| <b>SEN</b>                              |                                  |                   |  |
| Esperança de vida à nascença            | INE, Indicadores demográficos.   | Ano               | Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 117 (ver referência no capítulo XII)</i>   |
| Taxa quinquenal de mortalidade infantil | INE, Óbitos por causas de morte. | %                 | Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, referido ao número de nados vivos do mesmo período (expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1 000 nados vivos) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao quinquénio terminado no ano)<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 353 (ver referência no capítulo XII)</i> |
| Taxa de fecundidade geral               | INE, Indicadores demográficos.   | %                 | Relação, em permilagem, entre o número de nados vivos e o efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos)<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 117 (ver referência no capítulo XII)</i>  |

| Designação da variável   | Fonte  | Unidade de medida | Informação complementar   |
|--|--|-------------------|---|
| Médicos ao serviço nos centros de saúde por 1000 habitantes                    | INE, Inquérito aos centros de saúde. INE, Estimativas anuais da população residente.   | N.º               | Relação entre o número de médicos ao serviço nos centros de saúde e a população residente no final do ano (expressa por 1 000 indivíduos) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)<br><i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 321 e 113 (ver referência no capítulo XII)</i>  |
| Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes                    | INE, Estatísticas das farmácias. INE, Estimativas anuais da população residente.   | N.º               | Relação entre o número total de farmácias e postos de medicamentos existentes no final do ano e a população residente no final do ano (expressa por 1 000 indivíduos)<br><i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 351 e 113 (ver referência no capítulo XII)</i>  |
| Pessoal docente por aluno matriculado no ensino superior                       | Ministério da Educação e Ciência, DGEEC.   | N.º               | Relação entre o pessoal docente do ensino superior e o número de alunos matriculados no ensino superior (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)<br><i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 419 e 420 (ver referência no capítulo XII)</i>                                    |
| Número de sessões de espetáculos ao vivo por 1 000 habitantes                  | INE, Inquérito aos espetáculos ao vivo. INE, Estimativas anuais da população residente.  | N.º               | Relação entre o número de sessões de espetáculos ao vivo e a população residente média (expressa por 1 000 indivíduos) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)<br><i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 63 e 113 (ver referência no capítulo XII)</i>                      |
| Proporção de população residente em áreas urbanas com 5 000 ou mais habitantes | INE, Estimativas anuais da população residente. INE, Recenseamento da população e habitação - 2011. INE, Tipologia de áreas urbanas. | %                 | Relação percentual entre a população residente no final do ano em áreas urbanas com 5 mil ou mais habitantes (identificadas nos Censos 2011) e a população residente no final do ano<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>   |
| Taxa de pré-escolarização  | Ministério da Educação e Ciência, DGEEC. INE, Estimativas anuais da população residente.   | %                 | Relação percentual entre o número de indivíduos dos 3 aos 5 anos matriculados no ensino pré-escolar e a população residente no final do ano com idade entre 3 e 5 anos<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>   |
| Taxa bruta de escolarização do ensino secundário                               | Ministério da Educação e Ciência, DGEEC. INE, Estimativas anuais da população residente.   | %                 | Relação percentual entre o número de indivíduos matriculados no ensino secundário e o total da população residente no final do ano com idade entre 15 e 17 anos<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>  |
| Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem                       | Ministério da Economia e do Emprego, Quadros de Pessoal.   | Euros             | Relação entre o valor dos ganhos mensais dos trabalhadores por conta de outrem e o número de trabalhadores por conta de outrem<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 395 (ver referência no capítulo XII)</i>   |
| Valor médio anual das pensões do regime geral da Segurança Social              | Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, II, I.P.   | Euros             | Relação entre o valor das pensões processadas dos regimes de velhice, invalidez e sobrevivência e o número de beneficiários (pensionistas)  |
| Índice de juventude  | INE, Indicadores demográficos.   | N.º               | Relação entre o número de pessoas residentes no final do ano com idade compreendida entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas residentes no final do ano com 65 ou mais anos (expressa por 100 indivíduos com 65 ou mais anos)<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 117 (ver referência no capítulo XII)</i> |

| Designação da variável  | Fonte  | Unidade de medida | Informação complementar   |
|---|--|-------------------|---|
| Beneficiários do RSI por 1 000 habitantes com 15 ou mais anos de idade                                      | Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática, I.P. INE, Estimativas anuais da população residente. | N.º               | Relação entre o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção e a população residente no final do ano com 15 ou mais anos (expressa por 1 000 indivíduos com 15 ou mais anos) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i> |
| Taxa de retenção/desistência no ensino básico   | Ministério da Educação e Ciência, DGEEC.   | %                 | Relação percentual entre o número de alunos matriculados no ensino básico que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados no ensino básico, nesse ano letivo<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 124 (ver referência no capítulo XII)</i>   |
| Taxa de transição/conclusão no ensino secundário  | Ministério da Educação e Ciência, DGEEC.   | %                 | Relação percentual entre o número de alunos matriculados no ensino secundário que, no final de um ano letivo, obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) e o número de alunos matriculados no ensino secundário, nesse ano letivo<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 124 (ver referência no capítulo XII)</i>  |
| Taxa de criminalidade contra as pessoas   | Ministério da Justiça, DGPJ. INE, Estimativas anuais da população residente.   | ‰                 | Relação, em permilagem, entre o número de crimes contra as pessoas e a população residente no final do ano (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)<br><i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 490 e 113 (ver referência no capítulo XII)</i>   |
| Proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira | INE, Casamentos.   | %                 | Relação percentual entre o número de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira e o número total de casamentos (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 106 (ver referência no capítulo XII)</i>                       |
| Taxa de fecundidade na adolescência   | INE, Indicadores demográficos.   | ‰                 | Relação, em permilagem, entre nados vivos de mulheres com idade inferior a 19 anos e o efetivo médio de mulheres do grupo etário 15-19 anos (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 117 (ver referência no capítulo XII)</i>  |
| <b>Procedimentos administrativos</b>  |  |                   |   |
| Dispersão municipal do rendimento familiar por habitante  | Ministério das Finanças, DGCI. INE, Estimativas anuais da população residente. Cálculos próprios.                            | %                 | Dispersão municipal, medida pelo coeficiente de variação ponderado pela população residente, do rendimento bruto deduzido do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares liquidado, por indivíduo médio residente<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>   |
| Rendimento familiar por habitante   | Ministério das Finanças, DGCI. INE, Estimativas anuais da população residente. Cálculos próprios.                            | Euros             | Rendimento bruto deduzido do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares liquidado, por indivíduo médio residente<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>   |
| Capacidade de retenção do rendimento gerado   | Ministério das Finanças, DGCI. INE, Contas económicas regionais (Base 2011) <sup>3</sup> . Cálculos próprios.                | N.º               | Relação entre o rendimento bruto deduzido do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares liquidado e o valor acrescentado bruto  |
| Desemprego registado por indivíduo em idade ativa   | Instituto do Emprego e Formação Profissional. INE, Estimativas anuais da população residente. Cálculos próprios.             | N.º               | Relação entre as médias mensais do número de desempregados registados e a população média residente com 15 ou mais anos<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>  |

| Designação da variável   | Fonte  | Unidade de medida | Informação complementar   |
|--|--|-------------------|---|
| Desemprego jovem registado por indivíduo jovem   | Instituto do Emprego e Formação Profissional. INE, Estimativas anuais da população residente. Cálculos próprios. | N.º               | Relação entre as médias mensais do número de desempregados registados com idade entre os 25 e os 34 anos e a população média residente com idade entre os 25 e os 34 anos<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>  |
| Disparidade entre sexos na relação entre desemprego registado e população residente média em idade ativa | Instituto do Emprego e Formação Profissional. INE, Estimativas anuais da população residente. Cálculos próprios. | %                 | Coeficiente de variação da relação entre o desemprego registado (médias mensais) de cada sexo e a população residente média em idade ativa de cada sexo ponderada pelo peso do desemprego registado (médias mensais) de cada sexo no total do desemprego registado (médias mensais) da respetiva unidade territorial<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i> |

## Qualidade ambiental

| Designação da variável   | Fonte  | Unidade de medida | Informação complementar   |
|--|--|-------------------|---|
| <b>SEN</b>   |  |                   |   |
| Resíduos urbanos recolhidos por habitante  | Agência Portuguesa do Ambiente – SIRAPA (Mapa de Registo de Resíduos Urbanos). Direção Regional de Estatística da Madeira. Serviço Regional de Estatística dos Açores. INE, Estimativas anuais da população residente. | kg                | Relação entre o volume de resíduos urbanos recolhidos e a população média residente<br><i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 342 e 113 (ver referência no capítulo XII)</i>  |
| Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente   | Agência Portuguesa do Ambiente – SIRAPA (Mapa de Registo de Resíduos Urbanos). Direção Regional de Estatística da Madeira. Serviço Regional de Estatística dos Açores.   | %                 | Relação percentual entre o volume de resíduos urbanos com recolha seletiva e o volume de resíduos urbanos recolhidos<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 342 (ver referência no capítulo XII)</i>   |
| Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro  | Agência Portuguesa do Ambiente – SIRAPA (Mapa de Registo de Resíduos Urbanos). Direção Regional de Estatística da Madeira. Serviço Regional de Estatística dos Açores.   | %                 | Relação percentual entre o volume de resíduos urbanos depositados em aterro e o volume de resíduos urbanos recolhidos (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 342 (ver referência no capítulo XII)</i>    |
| Águas residuais drenadas por habitante   | ERSAR (inclui dados estimados pelo INE em articulação com a ERSAR). INE, Estimativas anuais da população residente.  | Milhares de m³    | Relação entre o volume de águas residuais drenadas e a população média residente (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)<br><i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 71 e 113 (ver referência no capítulo XII)</i>                              |
| Contribuição da região para a substituição da produção de eletricidade produzida com energia primária fóssil por energias renováveis ou menor conteúdo de emissões | Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento, DGEG. Cálculos próprios.   | %                 | Relação percentual entre a produção de eletricidade através de energia eólica, geotérmica, hídrica e de centrais de cogeração e o consumo de eletricidade total   |
| Proporção da superfície de obras de reabilitação física no total de superfície de obras concluídas   | INE, Estatísticas das obras concluídas (pedido especial de apuramento). Cálculos próprios.   | %                 | Relação percentual entre a área total de obras de ampliação, alteração e reconstrução e a área total de obras concluídas (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 167 (ver referência no capítulo XII)</i> |

| Designação da variável  | Fonte  | Unidade de medida          | Informação complementar  |
|---|--|----------------------------|--|
| Consumo de água por habitante   | ERSAR (inclui dados estimados pelo INE em articulação com a ERSAR). INE, Estimativas anuais da população residente.  | Milhares de m <sup>3</sup> | Relação entre o volume de água consumida e a população residente (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)<br><i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 71 e 113 (ver referência no capítulo XII)</i>   |
| Concentração territorial de novas construções                               | INE, Estatísticas das obras concluídas. Cálculos próprios.   | %                          | Índice de Gini: concentração da área de construções novas concluídas (correspondente ao triénio terminado no ano) nas freguesias face à concentração da superfície das freguesias, incorporando um fator de contiguidade (Wong, 1993)<br><i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 167 (ver referência no capítulo XII)</i>   |
| Número de associados das ONGA de âmbito regional e local por mil habitantes | INE, Inquérito às organizações não governamentais de ambiente. INE, Estimativas anuais da população residente.   | N.º                        | Relação entre o número de associados das Organizações Não Governamentais de Ambiente de âmbito regional e local e a população residente (expressa por 1 000 indivíduos)<br><i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 326 e 113 (ver referência no capítulo XII)</i>   |
| Intensidade energética da economia em energia final                         | DGEG. Contas económicas regionais (Base 2011) <sup>2</sup> .   | tep/10 <sup>6</sup> euros  | Consumo final de energia elétrica, produtos de petróleo e gás natural relativizado pelo produto interno bruto a preços correntes   |
| <b>Procedimentos administrativos</b>  |  |                            |  |
| Indicador de água segura (consumo humano)                                   | Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. Direção Regional do Ambiente da R. A. da Madeira.  | %                          | $[(1 - \text{número de análises em falta} / \text{número de análises regulamentares obrigatórias}) \times (\text{número de análises em cumprimento do valor paramétrico} / \text{número de análises realizadas com valor paramétrico})] \times 100$  |
| Qualidade do ar   | Agência Portuguesa do Ambiente. Direções Regionais do Ambiente da R. A. dos Açores e da R. A. da Madeira. Cálculos próprios.   | -                          | Média ponderada do número de dias imputado a cada NUTS III, em cada uma das categorias do ar: Muito Bom (MB), Bom (B), Médio (Md), Fraco (F) e Mau (M). Designando por Ni o número de dias imputados à categoria i, com i = MB, B; Md, F e M, obtém-se IQAr = $(5MB + 4B + 3Md + 2F + 1M) / 15$ . Consideram-se atmosféricos: NO <sub>2</sub> (dióxido de azoto), SO <sub>2</sub> (dióxido de enxofre) e O <sub>3</sub> (ozono), CO (monóxido de carbono) e PM <sub>10</sub> (partículas finas e inaláveis) (a cada ano foi associada a média do triénio terminado no ano) |
| Zonas classificadas em percentagem da área total                            | Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Direções Regionais do Ambiente da R. A. dos Açores e da R. A. da Madeira. DGT, Carta administrativa oficial de Portugal Cálculos próprios. | %                          | União das áreas das Zonas de Proteção Especial (ZPE) (Rede Natura 2000) e das áreas dos Sítios (Rede Natura 2000) e das Áreas Protegidas (Rede Nacional)) e interseção com a área terrestre definida pela CAOP / Área total x 100  |
| Proporção de uso do solo potencialmente não urbano                          | Direção Geral do Território. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (R. A. Açores). Direção Regional de Geografia e Ordenamento do Território (R. A. Madeira).                                 | %                          | Relação percentual entre a superfície do uso do solo não identificado como «solo urbano» nos Planos Municipais de Ordenamento do Território e a superfície da unidade territorial  |
| Taxa de superfície florestal ardida   | Instituto de Conservação da Natureza e Florestas.  | %                          | Relação percentual entre a superfície florestal ardida e a superfície florestal total (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)  |

<sup>2</sup> Os dados das Contas Económicas Regionais de acordo com a NUTS-2013 adotados no primeiro momento de difusão da série do ISDR iniciada em 2015, correspondentes ao período 2011-2013, foram apurados com base numa metodologia simplificada. Em dezembro de 2015, serão divulgados novos dados das Contas Económicas Regionais, tendo por base a NUTS-2013 e a metodologia habitual. Neste contexto, poderão verificar-se alterações aos resultados do ISDR, obtidos com base na referida metodologia simplificada.